

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS DOM PEDRITO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO**

JOCIELE LEMOS DE CASTRO

**A CONTRIBUIÇÃO DA ANÁLISE CONTÁBIL E FINANCEIRA EM UMA
PROPRIEDADE AGRÍCOLA DE DOM PEDRITO/RS**

Dom Pedrito-RS

2013

C355c Castro, Jociele Lemos de

A contribuição da análise contábil e financeira em uma propriedade agrícola de Dom Pedrito-RS / Jociele Lemos de Castro ; orientador Prof. Dr. Nelson de Mello. – Dom Pedrito: UNIPAMPA, Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, 2013.

68 p.

1. Análise financeira 2. Contabilidade rural 3. Índices econômicos I. Título

CDD 630.681

JOCIELE LEMOS DE CASTRO

**A CONTRIBUIÇÃO DA ANÁLISE CONTÁBIL E FINANCEIRA EM UMA
PROPRIEDADE AGRÍCOLA DE DOM PEDRITO/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade Federal do Pampa como requisito para
obtenção do Grau de Tecnólogo em Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Ruben de Mello
Balverde

Dom Pedrito-RS

2013

JOCIELE LEMOS DE CASTRO

**A CONTRIBUIÇÃO DA ANÁLISE CONTÁBIL E FINANCEIRA EM UMA
PROPRIEDADE AGRÍCOLA DE DOM PEDRITO/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade Federal do Pampa como requisito para
obtenção do Grau de Tecnólogo em Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Ruben de Mello
Balverde

Trabalho de Conclusão de Curso defendida e aprovada em: 17 /10 / 2013.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Nelson Ruben de Mello Balverde
Orientador - Unipampa

Prof.MSc.Osmar Nunes
Unipampa

Prof. MSc Thiago Beuron
Unipampa

AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente a Deus, por me iluminar e abençoar minha trajetória.

A os meus pais, pelo apoio e por tudo que sempre fizeram por mim, pela simplicidade, exemplo, amizade, e carinho, fundamentais na construção do meu caráter.

Ao meu orientador Nelson de Mello, pelo seu tempo dedicado a mim e suas contribuições para o enriquecimento deste trabalho.

Aos meus amigos, que, na forma peculiar de cada um deles, auxiliaram a moldar a pessoa que hoje eu sou.

Aos meus colegas de aula, em especial aqueles que aprendi a amar e construir laços eternos.

Obrigada a todos que de alguma forma contribuíram para realização deste trabalho.

EPIGRAFE

*No que diz respeito ao empenho, ao compromisso,
ao esforço, à dedicação, não existe meio termo.
Ou você faz uma coisa bem feita ou não faz.*

Ayrton Senna

RESUMO

Com a intensificação do agronegócio no cenário nacional, as propriedades rurais passam a ser consideradas empresas, necessitando adequar-se às exigências da agroindústria e do mercado consumidor. Este trabalho se propõe a analisar uma propriedade agrícola, situada no interior do município de Dom Pedrito/RS. O produtor rural encontra grande incerteza na hora de cultivar sua terra, surgindo então à importância da contabilidade rural como ferramenta de planejamento e análise, assim como um instrumento de apoio a tomada de decisões. De que maneira a contabilidade rural pode contribuir com a minimização dos problemas expostos? O Objetivo geral deste trabalho é analisar os aspectos financeiros de uma propriedade agrícola de Dom Pedrito/RS, a fim de orientar o produtor à tomada de decisões. Pois a necessidade de um planejamento estratégico nos negócios rurais contribui para a melhoria dos processos produtivos, qualificação tecnológica e gerencial dos produtores rurais, além da agregação de valor às mercadorias priorizadas, de forma a maximizar a competitividade empresarial, a perenização dos negócios e a rentabilidade dos empreendimentos. O Estudo de Caso, foi realizado em uma propriedade rural situada no município de Dom Pedrito-RS, no período de julho a outubro de 2013, onde foram utilizadas informações e demonstrações contábeis da empresa rural, e procurou-se embasamento bibliográfico em literaturas da área contábil e financeira para dar sustentação referencial para o tema estudado, analisado e interpretado. O estudo apresentou um tipo de pesquisa-diagnóstico, pesquisas que visam ao diagnóstico de uma situação organizacional normalmente não acarretam um custo muito alto, mas são dificultadas dado o problema de confidencialidade dos dados ou desconfiança do empresário em abrir informações para os estagiários. Diante do problema proposto percebe-se que a contribuição da contabilidade como uma ferramenta gerencial, se dá a partir do momento em que agrega, através da contabilização dos fatos e suas respectivas análises, condições para tomar decisões que irão nortear as ações administrativas na sequência de sua operacionalidade.

Palavras – Chave: Análise Financeira, Contabilidade Rural, Índices Econômico-Financeiros.

ABSTRACT

With the intensification of the national agribusiness , rural properties will then be considered businesses needing to adapt to the requirements of agriculture industry and the consumer market . This study aims to analyze a farm , located within the municipality of Don Pedrito / RS . The farmer is great uncertainty in the time to cultivate your land , then the emerging importance of rural accounting as a tool for planning and analysis , as well as a tool to support decision making . How does rural accounting can contribute to minimizing the problems exposed ? The objective of this study is to analyze the financial aspects of a farm of Don Pedrito / RS , in order to guide the producer decision making . Because the need for strategic planning in rural business contributes to the improvement of production processes, technological and managerial skills of farmers , in addition to adding value to goods prioritized in order to maximize business competitiveness , the perpetuation of the business and profitability of ventures . The case study was conducted in a rural property located in Dom Pedrito - RS , in the period from July to October 2013, where we used information and financial statements of the rural company and tried to bibliographic literature basement area accounting and financial support to provide reference for the subject studied, analyzed and interpreted . The study had a type of diagnostic, research aimed at the diagnosis of an organizational situation usually do not carry a very high cost , but are hampered because the problem of data confidentiality or distrust of the entrepreneur to open information to trainees . Before the proposed problem realizes that the contribution of accounting as a management tool , it 's from the moment that aggregates through the accounting of the facts and their analysis , able to take decisions that will guide administrative actions in sequence its operation .

Key - Words : Financial Analysis , Accounting Rural , Economic and Financial Indicators .

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Receita Safra 2012/2013	42
Gráfico 2 - Custos e Despesas Safra 2012/2013.....	42

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Finalidades do Fluxo de Caixa.....	29
Figura 2 - Análise do Capital de Giro - Causas e Problemas Internos na empresa Rural	30
Figura 3 - Ponto de Equilíbrio em Unidades	34
Figura 4 - Índice de Liquidez Corrente	50
Figura 5 - Índice de Liquidez Seca	50
Figura 6 - Índice de Liquidez Imediata	51
Figura 7 - Índice de Liquidez Geral	52
Figura 8 - Índice de Insolvência	52
Figura 9 - Índice de Rentabilidade do Ativo	53
Figura 10 - índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido	54
Figura 11 - Indicador de Lucratividade	54
Figura 12 - Margem de Contribuição – Arroz	55
Figura 13 - Margem de Contribuição Soja	56
Figura 14 - Ponto de Equilíbrio – Arroz.....	56
Figura 15 - Ponto de Equilíbrio - Soja.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Fluxo de Caixa.....	39
Tabela 2 - Balanço Patrimonial	43
Tabela 3 - Demonstração do Resultado do Exercício.....	45
Tabela 4 - Demonstração de Fluxo de Caixa.....	47

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Definição do Tema	15
1.2 Problema.....	16
1.3 Objetivos.....	16
1.3.1 Objetivo Geral	16
1.3.1.2 Objetivos Específicos	17
1.4 Justificativa.....	17
2REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 Atividade Rural	18
2.2 Culturas Agrícolas	18
2.2.1 Culturas Temporárias	18
2.2.2 Culturas permanentes	19
2.3 Considerações sobre a Agricultura	19
2.4 Considerações sobre Agronegócio	20
2.5 Formas legais de exploração da atividade agrícola	21
2.6 Administração Rural.....	21
2.7 Contabilidade Rural.....	22
2.8 Contabilidade Gerencial	22
2.9 Tópicos práticos da Contabilidade Rural.....	23
2.9.1 Custos e despesas com cultura agrícola.....	23
2.9.2 Classificação dos Custos: diretos ou indiretos	24
2.9.2.1 Custos Diretos.....	24
2.9.2.2 Custos Indiretos	24
2.9.2.3 Custos Fixos.....	25
2.9.2.4 Custos Variáveis	25
2.9.3 Comportamento das Despesas: Fixas ou Variáveis	25
2.9.3.1 Despesas Fixas	26
2.9.3.2 Despesas Variáveis	26
2.10 Fluxo de Caixa.....	26
2.11 Conceito de Balanço Patrimonial (BP).....	27
2.12 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).....	27
2.13 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)	28

2.14 Capital de Giro	29
2.15 Análise das Demonstrações Financeiras.....	31
2.15.1 Índices.....	31
2.15.2 Índice de Rentabilidade	31
2.15.3 Índice de Lucratividade	32
2.15.4 Índice de Liquidez	32
2.15.5 Análises dos Indicadores Econômico-Financeiros.....	33
2.16 Margem de Contribuição (MC)	33
2.17 Ponto de Equilíbrio (PE).....	34
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
3.1 Classificação da Pesquisa	35
3.1.2 Do ponto de vista dos seus objetivos.....	35
3.1.3 Do ponto de vista dos seus procedimentos	35
3.1.4 Quanto à forma de abordagem do problema	36
3.2 Coleta de Dados.....	36
3.2.1 Instrumento de coleta de dados	36
3.2.1 Análise dos dados	37
3.3 Dados da Propriedade.....	37
4 RESULTADOS	38
4.1 Análise Contábil	38
4.2 Fluxo Financeiro.....	38
4.3 Balanço Patrimonial	43
4.4 Demonstração do Resultado do Exercício.....	45
4.5 Demonstração de Fluxo de Caixa.....	46
4.6 Análise das Demonstrações	48
4.7 Análise Econômica e Financeira	49
4.7.1 Análise dos Indicadores Financeiros	49
4.7.1.2 Situação Financeira: Indicadores de Liquidez.....	49
4.7.1.2.1 Liquidez Corrente	49
4.7.1.2.2 Liquidez Seca	50
4.7.2.2.3 Liquidez Imediata	50
4.7.2.2.4 Liquidez Geral	51
4.7.2.2.5 Índice de Insolvência	52
4.7.2.3 Situação Econômica	53

4.7.2.3.1 Indicadores de Rentabilidade.....	53
4.7.2.3.2 Indicadores de Lucratividade.....	54
4.8 Análise da Margem de Contribuição e Ponto de Equilíbrio.....	55
4.8.1 Margem de Contribuição	55
4.8.2 Ponto de Equilíbrio.....	56
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
8 REFERÊNCIAS	59
ANEXOS	62

1 INTRODUÇÃO

As propriedades rurais estão inseridas em um mercado muito competitivo, o que acaba resultando numa dificuldade muito grande de se obter lucros e de tornar a propriedade rentável, com isto, a necessidade de uma atualização dos meios de gerenciamento nas empresas rurais é hoje uma realidade fundamental para alcançar resultados de produção e produtividade que garantam o sucesso do empreendimento.

Com o avanço tecnológico e também com a globalização, os pecuaristas, agricultores e os demais profissionais ligados a esta área necessitam adotar um processo de gestão para se sustentarem no mercado de grande concorrência, mantendo os menores custos, maior lucratividade e investimentos conscientes.

A tomada de decisão tem papel essencial neste ambiente. Com a intensificação do agronegócio no cenário nacional, as propriedades rurais passam a ser consideradas empresas, necessitando adequar-se às exigências da agroindústria e do mercado consumidor.

Este trabalho se propõe a analisar uma propriedade agrícola, situada no interior do município de Dom Pedrito/RS, onde o mesmo possui produção de arroz e soja em larga escala, e visa aumentar a lucratividade da lavoura reduzindo seus custos, daí então a necessidade de uma análise, afim de subsidiar o mesmo a tomada de decisões.

A Contabilidade Rural vem como uma alternativa para a identificação dos principais problemas dos sistemas produtivos, dando suporte com informações que possam gerar intervenções e aumentar a sua eficiência. Porém, observa-se que atualmente muitos produtores, tomam decisões baseadas apenas em sua experiência. Tal fato talvez decorra por desconhecimento da importância das informações que ela propicia.

Diante desse cenário, é importante destacar a área da contabilidade gerencial voltada para a análise e interpretação das Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração do Fluxo de Caixa), com o objetivo de diagnosticar os resultados das atividades (lucro, prejuízo, capital de giro, dependência financeira) e a consolidação dessas tendências.

A atividade agrícola necessita de mecanismos gerenciais, que lhe deem aporte no controle de suas atividades, pois a agricultura, bem como qualquer outro setor, precisa acompanhar o seu desempenho para se manter competitivo e com sustentabilidade.

1.1 Definição do Tema

O mercado está cada vez mais sensível e dinâmico aos acontecimentos mundiais no que diz respeito aos preços dos produtos agroindustriais e insumos utilizados na atividade agrícola, diante disto, surge cada vez mais à necessidade da incorporação das práticas contábeis e gerenciais para alcançar a eficiência dos empreendimentos rurais, a partir da análise financeira foi possível obter a situação da propriedade.

1.2 Problema

Em um ambiente mercadológico com tantas instabilidades econômicas, todos os segmentos encontram dificuldades ao praticar suas atividades. No setor agrícola, isso não é diferente. É um segmento que tem suas características peculiares, políticas econômicas e governamentais que conduzem este setor com vista ao interesse nacional o que causa sensíveis flutuações nos preços do produto agrícola, sem deixar de ressaltar a insegurança que existe em relação aos custos dos insumos. Outro fator importante se dá devido à dependência climática, cujo risco é uma constante na prática agrícola.(RATKO,2008)

Diante de tais fatores, o produtor rural encontra grande incerteza na hora de cultivar sua terra, surgindo então à importância da contabilidade rural como ferramenta de planejamento e análise, assim como um instrumento de apoio a tomada de decisões, ainda a partir daí se adaptem a esta nova situação, visando à otimização dos recursos disponíveis, redução dos custos de produção e, principalmente, a maximização de seus lucros.

Outro fator que é de importante relevância no setor rural é a falta de controle dos custos, o produtor por vezes não tem esta preocupação em saber o que realmente está gastando, o que acaba gerando uma dificuldade maior no momento da obtenção dos lucros.

Como a contabilidade rural na propriedade agrícola pode contribuir para a minimização dos problemas expostos?

1.3 Objetivos

Diante da problemática exposta, foi traçado o objetivo geral, e os objetivos específicos.

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar os aspectos contábeis e financeiros de uma propriedade agrícola de Dom Pedrito/RS.

1.3.1.2 Objetivos Específicos

- Inventariar os bens e direitos da propriedade rural, suas obrigações com terceiros, bem como, levantar os custos de produção e receitas do período analisado;
- Elaborar a Demonstração de Fluxo de caixa do período referido, para auxiliar na administração.
- Analisar os processos administrativos e produtivos da propriedade rural por meio de variáveis que auxiliem em seus métodos de gestão;
- Analisar as Demonstrações Contábeis, apurando seus índices econômicos financeiros;
- Contribuir para a melhoria da gestão da propriedade rural;

1.4 Justificativa

Considerando que um dos grandes problemas que afetam o desempenho econômico e produtivo do agronegócio em nosso país é a ausência de planejamento e controle de resultados, induzindo, muitas vezes, os setores a altos níveis de retração e a perda de rentabilidade, muitos produtores já reconhecem a necessidade de se estabelecer um processo organizado de gestão. A necessidade de um planejamento estratégico nos negócios rurais contribui para a melhoria dos processos produtivos, qualificação tecnológica e gerencial dos produtores rurais, além da agregação de valor às mercadorias priorizadas, de forma a maximizar a competitividade empresarial, a perenização dos negócios e a rentabilidade dos empreendimentos.

Crepaldi (2006, p. 62) afirma que o conhecimento financeiro auxilia no planejamento, na solução de problemas e nas tomadas de decisão. As finanças fornecem um mapa com números e análises que ajudam o empresário rural a desempenhar bem suas funções. Percebe-se que, apesar das entidades concordarem que precisaria haver mais planejamento e controle de suas atividades, falta clareza sobre os benefícios que a mesma poderia trazer para cada segmento envolvido.

Assim sendo, o que o administrador precisa saber é como esta a rentabilidade de sua atividade produtiva, quais os resultados obtidos e como eles podem ser otimizados por meio de avaliação dos resultados. Essas análises só serão possíveis, a partir do momento em que se sabe onde estão sendo gastos os recursos e onde se estão gerando receitas. (CREPALDI, 2006). Diante do exposto, pretende-se que o estudo seja visto como uma ferramenta gerencial, que permita, por meio da informação contábil e financeira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Fundamentado na literatura Contábil e de Análises, far-se-á uma abordagem teórica sobre os principais temas que serão abordados neste estudo.

2.1 Atividade Rural

Na atividade rural as propriedades deixam de serem autossuficientes e passam a produzir alimentos para a sua comercialização. Em consequência disto passam a ser consideradas empresas rurais e assim definidas por alguns autores:

Para Crepaldi (2006, p. 25) “empresa rural é a unidade de produção em que são exercidas atividades que dizem respeito a culturas agrícolas, criação de gado ou culturas florestais, com a finalidade de obtenção de renda”.

Conforme Marion (2010, p.2) “empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva dos o solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas”.

2.2 Culturas Agrícolas

Contabilmente a atividade agrícola se divide em dois grandes grupos: cultura temporária e cultura permanente.

2.2.1 Culturas Temporárias

Culturas Temporárias são aquelas sujeitas ao replantio após a colheita. Normalmente, o período de vida é curto. Após a colheita são arrancadas do solo para que seja realizado novo plantio. Exemplos: Soja, milho, arroz, feijão, batata, legumes... Esse tipo de cultura também é conhecido como anual (MARION,2010).

De acordo, Crepaldi (2006, p. 105) complementa sobre sua contabilização

Os custos na cultura temporária são contabilizados em uma conta do Ativo Circulante com o título de Culturas Temporárias. Esses custos podem ser: sementes, fertilizantes, defensivos, mão-de-obra etc. acumulados até o fim da colheita.

Esse tipo de cultura também é conhecido como Cultura Anual, como é o caso de duas espécies que trataremos neste trabalho: A soja e o arroz.

2.2.2 Culturas permanentes

Culturas Permanentes são aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção. Normalmente atribui-se às culturas permanentes uma duração mínima de quatro anos.

No ponto de vista de Marion (2010, p.16)

São aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção. Normalmente atribui-se às culturas permanentes uma duração mínima de quatro anos. Do nosso ponto de vista basta apenas a cultura durar mais de um ano e propiciar mais de uma colheita para ser permanente. Exemplos: cana-de-açúcar, citricultura(laranjeira, limoeiro...), cafeicultura, silvicultura (essências florais, plantações arbóreas) oleicultura (oliveira), praticamente todas as frutas arbóreas (maça, pêra, jaca, jabuticaba, goiaba, uva...).

Para Crepaldi (2006, p.107) “Na cultura permanente os custos de formação são classificados no Ativo Permanente Imobilizado, acumulados na Conta Cultura Permanente em Formação, especificando o tipo de cultura”.

2.3 Considerações sobre a Agricultura

De acordo com Crepaldi (2006), a agricultura representa toda a atividade de exploração da terra, seja ela o cultivo de lavouras e florestas ou a criação de animais com vistas a obtenção de produtos que venham a satisfazer as necessidades humanas.

Nos últimos anos, ocorreu no Brasil uma grande industrialização, do que resultou um aumento da população das cidades e uma redução da população rural. Apesar disto, a agricultura continua desempenhando papel fundamental no desenvolvimento do país. Os principais produtos de exportação são todos oriundos da agricultura, ou seja, o café o açúcar e a soja. A agricultura deve desempenhar os seguintes papéis no processo de desenvolvimento:

1. Produzir alimentos baratos e de boa qualidade;
2. Produzir matéria prima para a indústria;
3. Dar condições dignas de vida para o trabalhador rural.

A agricultura é uma atividade produtiva de grande importância para o homem, pois é a partir dela que temos o nosso sustento. Existem três fatores ligados à produção agrícola: o físico, como o solo e o clima; o fator humano, que corresponde à mão de obra em seu desenvolvimento; e o fator econômico, que se refere ao valor da terra e o nível de tecnologias aplicadas na produção. Dentre os fatores naturais, o clima exerce grande influência no desenvolvimento da agricultura (BRASIL ESCOLA).

Os recursos financeiros aplicados na produção agrícola são de suma importância para o modelo de agricultura que se pretende desenvolver. Em áreas onde a agricultura é praticada de maneira comercial ocorre a utilização de insumos agrícolas (fertilizantes, agrotóxicos e maquinários), elementos que favorecem o aumento significativo da produção, sem que haja a necessidade de se empregar muita mão de obra.

Na agricultura de subsistência, a quantidade de trabalhadores é elevada, pois não há máquinas para a realização do trabalho, a produtividade é baixa diante da quase inexistência de tecnologias inseridas no sistema produtivo. Esses fatores provocam uma grande disparidade, pois as grandes propriedades rurais destinam suas produções para o mercado externo e para as indústrias, o que faz com que o abastecimento interno fique prejudicado.

2.4 Considerações sobre Agronegócio

A tradução do termo inglês *agribusiness* em diversas línguas obedece por vezes, ao enfoque gerencial-administrativo ou microeconômico, preocupado com as empresas, com a sua viabilidade e funcionamento; outras vezes tem enfoque macroeconômico, preocupado com o desenvolvimento; outras vezes ainda, oferece enfoque principalmente sociológico, preocupado com as estruturas sociais rurais.

De acordo com Batalha (2008, p. 5), os pesquisadores John Davis e Ray Goldberg, já em 1957 enunciaram o conceito de *agribusiness* como a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, processamentos e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.

Assim, de acordo com o conceito de agronegócio, a agricultura passa a ser abordada de maneira associada aos outros agentes responsáveis por todas as atividades, que garantem a produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos, considerando assim, a agricultura como parte de uma extensa rede de agentes econômicos.

Com este conceito formalizado por tais autores, a visão sistêmica passa a ganhar importância, abrangendo todos os envolvidos, desde a pesquisa até o consumidor

final, desde o que comumente se chama "antes da porteira" até "pós-porteira"(PORTAL DO AGRONEGÓCIO).

2.5 Formas legais de exploração da atividade agrícola

A contabilidade quando aplicada a um ramo específico, normalmente é denominada de acordo com a atividade daquele ramo. Assim, este estudo refere-se à Contabilidade Agrícola, que é um segmento da Contabilidade Rural. De maneira geral, Marion (2010, p. 8) dispõe que, conforme o atual código, o empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode exercer esta atividade nas seguintes formas jurídicas:

- Autônomo, sem registro na Junta Comercial, chamado de produtor rural autônomo.
- Empresário Individual, quando escrito na Junta Comercial (é optativo).
- Sociedade Empresária, inscrita na Junta Comercial (na forma de sociedade limitada, ou sociedade anônima, etc.).

Assim, nos dois últimos casos, o produtor passa a ser chamado de Empresário Rural.

2.6 Administração Rural

A administração rural é uma teoria que surgiu há pouco tempo e que se faz muito importante para as pessoas e para as organizações atualmente.

Segundo Crepaldi (2006 p.24)

A administração rural é, portanto, o conjunto de atividades que facilita aos produtores rurais a tomada de decisão ao nível de sua unidade de produção, a empresa agrícola com o fim de obter melhor resultado econômico, mantendo a produtividade da terra.

Para Silva,

A Administração Rural busca adequar os fatores de produção com o objetivo de otimizar os resultados do empresário rural e, tem como objetivo administrar com eficiência os fatores de produção disponíveis; empregar adequadamente a tecnologia de acordo com as condições da propriedade e os recursos do produtor; gerenciar os custos de produção de cada atividade na propriedade rural; proteger o meio ambiente, de forma mais especial os mananciais de água e as matas ciliares; criar um bom ambiente de trabalho para o patrão e para o empregado. (SILVA, 2003, p. 24).

Portanto, observando estes conceitos conclui-se que o papel principal do Administrador Rural é planejar, decidir, controlar e avaliar os resultados.

2.7 Contabilidade Rural

A Contabilidade Rural é o ramo da contabilidade que estuda o “patrimônio” rural, ou seja, estuda os ativos que podem ser as cabeças de gado, a terra, as máquinas e os equipamentos como, ordenhadeira e trator, as sementes, os defensivos agrícolas, etc., e os passivos, que são os empréstimos bancários adquiridos para fazer a plantação ou comprar algum equipamento.

De acordo com Crepaldi (2006 p. 86)

Contabilidade Rural é um instrumento da função administrativa que tem como finalidade: controlar o patrimônio das entidades rurais; apurar o resultado das entidades rurais; prestar informações sobre o patrimônio e sobre o resultado das entidades rurais aos diversos usuários das informações contábeis.

Segundo Calderelli (2003, p.180) a “Contabilidade Rural é aquela que tem suas normas baseadas na orientação, controle e registro dos atos e fatos ocorridos e praticados por uma empresa cujo objeto de comércio ou indústria seja agricultura ou pecuária”.

Para atender as especificidades de uma empresa rural, seu proprietário necessita de ferramentas capazes de lhe ajudar a alcançar seu objetivo: a obtenção de lucro para seu sustento e de seus familiares.

A contabilidade é capaz de mostrar a importância do controle dos custos e do patrimônio, além de elucidar o papel da gerência nos controles financeiros e no planejamento das atividades na empresa rural.

2.8 Contabilidade Gerencial

A Contabilidade Gerencial, ou Contabilidade de Gestão é uma ferramenta indispensável para a gestão dos negócios de uma propriedade. A tarefa de gerar informações gerenciais que permitam a tomada de decisão, com base em dados consistentes e reais, é uma dificuldade constante para os produtores rurais.

Segundo Padoveze (2010, p. 33), Contabilidade Gerencial é:

O processo de identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação e comunicação de informações financeiras utilizadas pela administração para planejamento, avaliação e controle dentro de uma organização e para assegurar e contabilizar o uso apropriado de seus recursos.

De acordo com Marion (2008) a Contabilidade Gerencial está voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle dos insumos, efetuado por um sistema de informação gerencial. Preocupa-se também com o produto, com enfoque em sua comercialização, com o mercado que irá consumir o produto final.

O administrador de um empreendimento tem a necessidade de saber onde e de que forma estão sendo aplicados seus recursos e qual esta sendo o retorno financeiro obtido.

Em resumo, qual seja o modelo de controle gerencial a ser adotado, independente da técnica, importante saber qual o nível de detalhamento e sofisticação do negócio. A definição do modelo deve ser o mais condizente possível. Uma opção é o controle baseado nas movimentações financeiras, simples e dinâmico de apurar os resultados.

2.9 Tópicos práticos da Contabilidade Rural

A Contabilidade Rural tem suas particularidades e utiliza-se de terminologias próprias, sendo assim, fundamentado na literatura contábil, far-se-á, aqui, uma abordagem sobre alguns conceitos que serão usados neste estudo.

2.9.1 Custos e despesas com cultura agrícola

A Contabilidade Rural, qualquer que seja o sistema, necessita da distinção entre custos e despesas.

De acordo com Martins (2003, p. 26) “teoricamente, a separação é fácil: os gastos relativos ao processo de produção são custos, e os relativos à administração, às vendas e aos financiamentos são despesas”.

Na concepção de Maher

Uma despesa representa um custo lançado contra a receita de determinado período contábil, assim, as despesas são deduzidas das receitas do período em questão. Um custo representa um sacrifício de recursos, independentemente de ser contabilizado como ativo ou como uma despesa (MAHER, 2001, p. 64).

2.9.2 Classificação dos Custos: diretos ou indiretos

Os custos têm diversos comportamentos, e podem variar conforme as atividades desenvolvidas, em linhas gerais, podem-se classificar como Custos Diretos ou Custos Indiretos.

2.9.2.1 Custos Diretos

Custos Diretos são aqueles que podem ser apropriados aos produtos de maneira clara, direta e objetiva, sem rateios, bastando existir uma medida de consumo, exemplo, insumos agrícolas e mão de obra direta.

Para Ribeiro (1999, p. 28) os custos diretos

Compreendem os gastos com materiais, mão de obra e gastos gerais de fabricação aplicados diretamente ao produto. Estes custos são assim denominados porque seus valores e quantidades em relação ao produto são de fácil identificação. Assim todos os gastos que recaem diretamente na fabricação do produto são considerados custos diretos

Crepaldi (2006, p.101), diz que os custos diretos

São aqueles que podem ser diretamente (sem rateio) apropriados aos custos agrícolas, bastando existir uma medida de consumo (quilos, horas de mão- de - obra ou de máquina, quantidade de força consumida etc.).

De modo geral, identificam-se aos produtos agrícolas e variam proporcionalmente a quantidade produzida. Podem ser apropriados diretamente aos produtos agrícolas porque há uma medida objetiva do seu consumo nesta produção.

2.9.2.2 Custos Indiretos

De acordo com Ribeiro “Custos Indiretos compreendem os gastos com materiais, mão-de-obra e gastos gerais de fabricação aplicados indiretamente no produto. Esses gastos são assim denominados por ser impossível uma segura identificação de sés valores e quantidades em relação ao produto” (RIBEIRO, 1999, p.28).

Neste sentido, Crepaldi (2006), afirma que Custos Indiretos, para serem incorporados aos produtos agrícolas, necessitam da utilização de algum critério de rateio. [...] Os custos

indiretos dependem de cálculo rateios ou estimativas para serem apropriados em diferentes produtos agrícolas, portanto são os custos que são apropriados indiretamente aos produtos agrícolas. O parâmetro utilizado para as estimativas é chamado de base ou de critério de rateio.

Os custos da atividade rural apresentam terminologia idêntica à utilizada nas atividades industriais. Os custos diretos ou indiretos comportam-se conforme a relação e o desígnio com a unidade produtora. Estes custos classificam-se dentro de outras duas categorias: Custos Fixos e Custos Variáveis.

2.9.2.3 Custos Fixos

Os Custos Fixos são aqueles cujo total não varia proporcionalmente ao volume produzido. Um aspecto importante é ressaltar que os custos fixos são fixos dentro de uma determinada faixa de produção e em geral, não são eternamente fixos, podendo variar em função de grandes oscilações no volume de produção agrícola. (CREPALDI, 2008).

No entanto Maher (2001, p. 75) diz que Custos Fixos são “custos que não se alteram quando o volume se altera, dentro de um intervalo relevante de atividade.”

2.9.2.4 Custos Variáveis

Custos Variáveis são aqueles que variam em função das quantidades produzidas, como ocorre, por exemplo, com a matéria-prima. Quanto maior for a quantidade produzida, maior será o consumo de matéria-prima. Os custos variáveis têm ligação direta com os custos diretos de fabricação (RIBEIRO, 1999).

De acordo, Crepaldi (2006, p.102) diz que “custos variáveis variam proporcionalmente ao volume produzido [...]. Os custos variáveis aumentam à medida que aumenta a produção agrícola.”

2.9.3 Comportamento das Despesas: Fixas ou Variáveis

As despesas se diferenciam dos custos pelo fato de estarem relacionadas com a administração geral da empresa, ao passo que os custos estão ligados com a produção, podem ser divididas em fixas e variáveis.

2.9.3.1 Despesas Fixas

Despesas Fixas são gastos com consumo de recursos que não variam diretamente e proporcionais com o volume de vendas. Representa os gastos da estrutura fixa de uma empresa, exemplo: água, luz, salário administrativo, seguros, etc. (MARION, 2005).

Para Laranjeira (2012) “As despesas fixas são aquelas que aparecem mensalmente, como as tarifas públicas (luz, gás e telefone).”

2.9.3.2 Despesas Variáveis

Para Marion (2005) “Despesas Variáveis são gastos com consumo de recursos diretamente relacionados”. Laranjeiras (2012), diz que as despesas variáveis são os gastos com imprevistos como o conserto da máquina de lavar, por exemplo.

As despesas variáveis são as mais preocupantes e merecem constante monitoramento, pois não há como estimar precisamente. Desse modo, tais recursos devem ser provisionados após o pagamento das contas mais essenciais.

2.10 Fluxo de Caixa

O Fluxo de Caixa (FC), é um instrumento que possibilita o planejamento e o controle dos recursos financeiros de uma empresa, por isso, é indispensável em todo o processo de tomada de decisões financeiras.

Conforme Padoveze (2010, p. 83), “o fluxo de caixa é elaborado a partir da consulta e reacumulação de dados das contas representativas das disponibilidades, bancos e aplicações financeiras”.

Ainda conforme Padoveze (2010, p. 84):

Basicamente, o relatório de fluxo de caixa deve ser segmentado em três grandes áreas:

- I - Atividades Operacionais
- II - Atividades de Investimentos
- III - Atividades de Financiamento.

As Atividades Operacionais são explicadas pelas receitas e gastos decorrentes da industrialização, comercialização ou prestação de serviços da empresa. Estas atividades têm ligação com o capital circulante líquido da empresa.

As Atividades de Investimento são os gastos efetuados no Realizável a Longo Prazo, em Investimentos, no Imobilizado ou no Intangível, bem como as entradas por venda dos ativos registrados nos referidos subgrupos de contas.

As Atividades de Financiamento são os recursos obtidos do Passivo Não Circulante e do Patrimônio Líquido. Devem ser incluídos aqui os empréstimos e financiamentos de curto prazo. As saídas correspondem à amortização destas dívidas e os valores pagos aos acionistas a título de dividendos, distribuição de lucros.

Segundo Frezatti (2007, p. 35), o Fluxo de Caixa de uma organização deve conter detalhamentos que permitam a adequada análise das informações contidas.

Portanto, o FC é um instrumento gerencial que controla e informa todas as movimentações financeiras (entradas e saídas) de um determinado período, podendo este ser diário, semanal, mensal ou anual. Estes dados são obtidos através do relatório de contas a pagar, contas a receber, das despesas e dos demais elementos que apresentem movimentações de recursos financeiros da entidade.

2.11 Conceito de Balanço Patrimonial (BP)

Segundo Marion (2003, p. 42) o “Balanço Patrimonial reflete a posição financeira em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado. É uma foto tirada da entidade em determinado momento.”

No entanto, Balanço Patrimonial, na compreensão de Crepaldi (2006, p. 89)

É um demonstrativo contábil que, em dado momento, apresenta uma forma sintética e ordenada das contas patrimoniais, agrupadas de acordo com a natureza dos bens, direitos ou obrigações que representam.

Trata-se de um importante demonstrativo financeiro que mostra a situação da empresa em um dado momento, e tal importância do BP está no fato de dispor dados do Ativo, Passivo Exigível e Patrimônio Líquido, de forma sistemática, possibilitando aos interessados uma avaliação da situação patrimonial e suas conseqüentes análises com os mais variados aspectos gerenciais, além de salvaguardar informações sobre as tendências econômicas e financeiras do empreendimento.

2.12 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Toda atividade necessita da apuração de resultados para conhecer seu resultado líquido. É na DRE que aparecem detalhada e criteriosamente à movimentação das contas, e a partir do confronto das receitas com as despesas é conhecida a resultante do exercício, ou Lucro Líquido ou Prejuízo Líquido do Exercício.

A Demonstração do resultado é a demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade. A demonstração do resultado, observado o princípio da competência, evidenciara a formação de vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas, e os correspondentes custos e despesas. (CRC/RS, 2000, P.40).

Para complementar a ideia, Basso (2011, p. 191), diz que:

A Demonstração do Resultado do Exercício procura evidenciar a formação do resultado do período, ou seja, o lucro ou prejuízo, iniciando pela formação da receita, passando pela dedução dos custos e despesas, até chegar ao resultado e sua distribuição.

Para uma organização, a DRE é uma demonstração importante, pois traz informações capazes de demonstrar o desempenho da entidade em um determinado período. Ela é uma demonstração contábil obrigatória, e no Brasil é elaborada de acordo com o regime de competência.

2.13 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A administração financeira das empresas precisa ater-se aos cinco controles básicos financeiros para que possam ser tomadas decisões adequadas e nos momentos certos.

Os controles básicos importantes são: o caixa diário, as contas a receber, as contas a pagar, o estoque e o controle dos bancos.

Para Marion (2010, p.196)

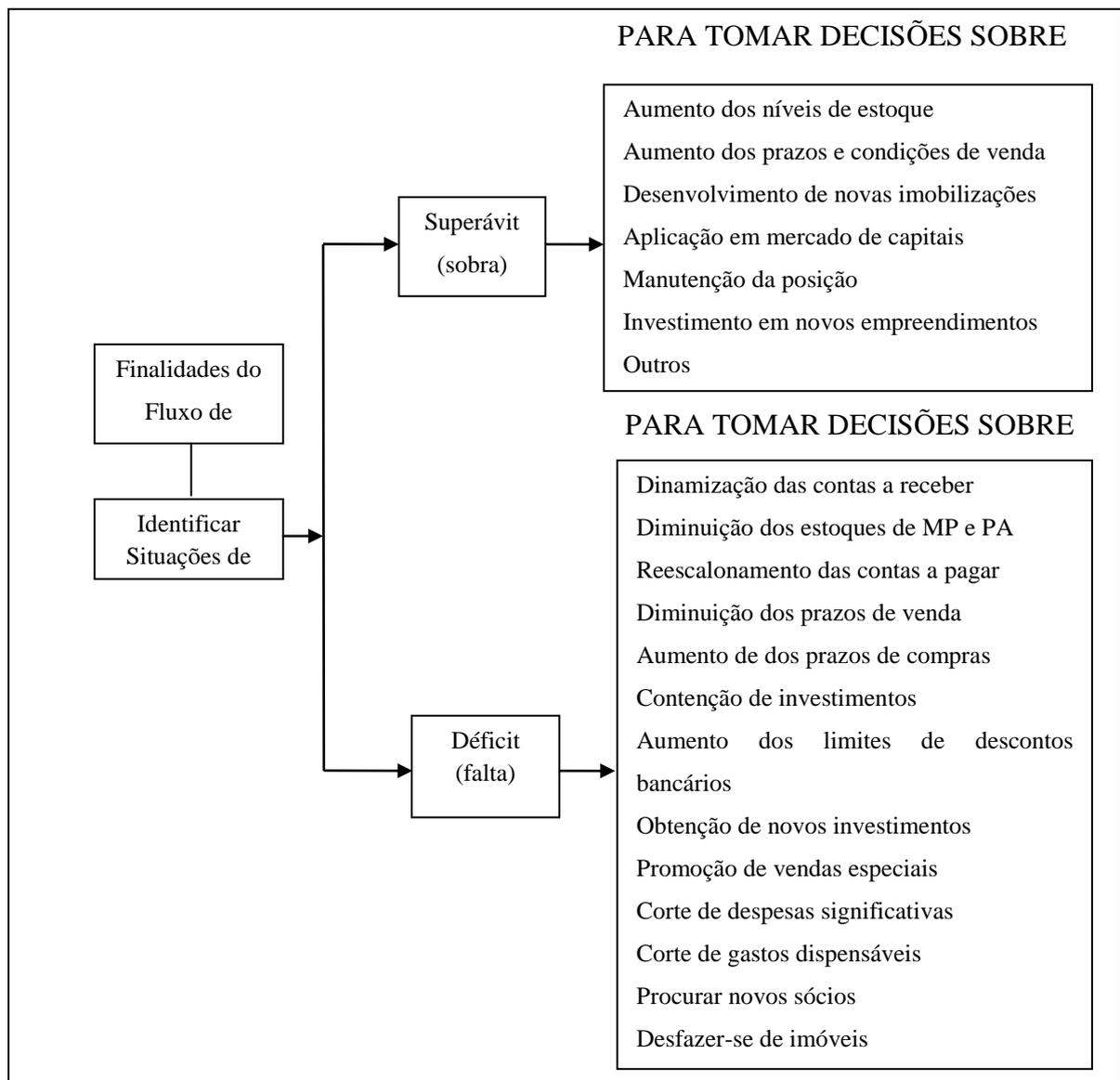
A DFC ajuda entre outras utilidades, a avaliar o potencial da empresa em gerar fluxos futuros de caixa, a honrar seus compromissos, pagar dividendos e identificar sua necessidade de recursos financeiros externos. A DFC melhor evidencia as razões das diferenças entre o lucro líquido e as entradas (recebimentos) e saídas (pagamentos), bem como os efeitos na posição financeira (operações que não afetam o caixa) durante um período.

De acordo com Crepaldi (2006, p.275)

Com um conceito geral Fluxo de Caixa é a relação das entradas e das saídas dos recursos financeiros em determinado período, visando prever a necessidade de captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa nas operações mais rentáveis. Em síntese, consiste em discriminar as entradas e saídas de numerário em determinado período (realizado ou previsto), apurando assim, o saldo de caixa e possibilitando várias outras análises.

A figura a seguir mostra as finalidades do fluxo de caixa e quais são as possíveis decisões que podem ser tomadas através da utilização deste.

Figura 1 - Finalidades do Fluxo de Caixa

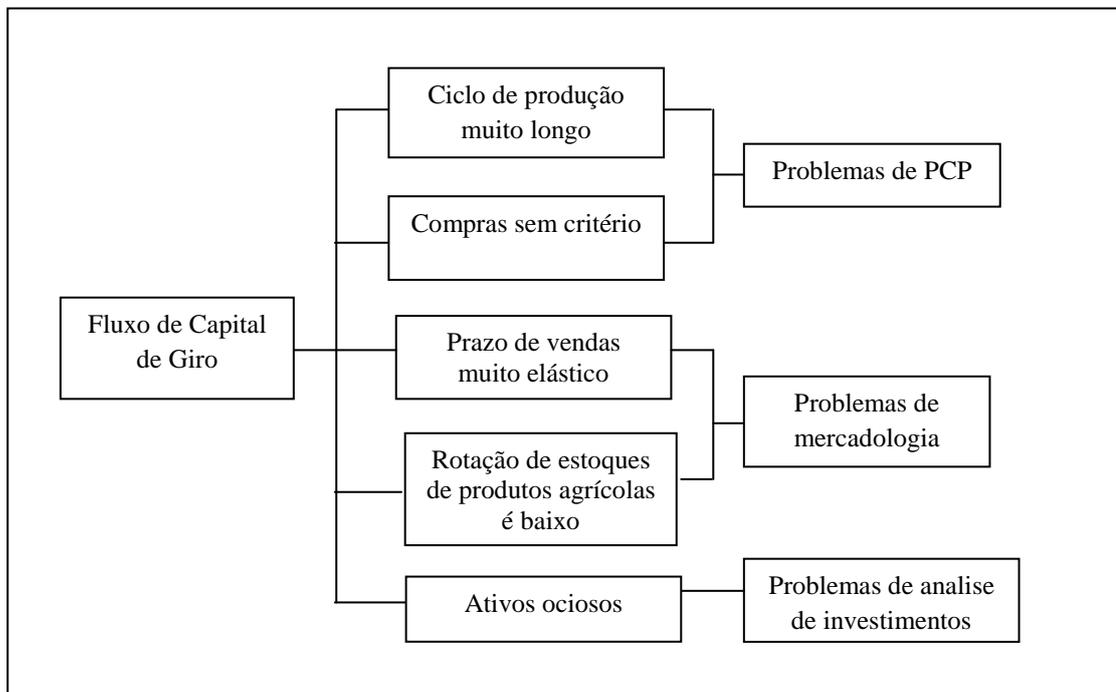


Fonte: Crepaldi (2006,p.276).

2.14Capital de Giro

Crepaldi (2006, p. 283) diz que “são investimentos da empresa rural em ativos de curto prazo, ou seja, caixa, aplicações a curto prazo no mercado financeiro, contas a receber e estoques.”

Figura 2 - Análise do Capital de Giro - Causas e Problemas Internos na empresa Rural



Fonte: Crepaldi (2006, p.283).

A Expressão Capital de Giro é largamente difundida em nosso país, sendo de uso praticamente universal nos cadastros de estabelecimentos bancários e companhias de financiamento. No entanto, reina grande confusão quanto ao conteúdo da mesma. De acordo com Koliver (S/D, p.159) os conceitos mais difundidos estão relacionados a seguir.

- a) O capital de giro como sinônimo de “ativo total”, excluídas as contas de compensação.
- b) O capital de giro como sinônimo de “ativo circulante”, ou seja, a soma do AD + ARCP + ARLP.
- c) O capital de giro como denominação dos capitais próprios em giro no circulante, ou “capital de trabalho”, ou “capital liquido de trabalho” ou o “chamado fundo de manei” dos autores portugueses. Nesta concepção, na literatura anglo-saxônica, o capital de giro é denominado de “*working capital*” ou “*net working capital*”, muito embora, por vezes, muitos autores excluam os valores exigíveis e realizáveis a longo prazo.

Diante disto, Koliver acredita que a última posição é a única correta, pois para as demais, já se possui terminologia firmada (ativo total e ativo circulante) e não tem sentido a criação de sinônimos que fatalmente conduzem a confusões.

2.15 Análise das Demonstrações Financeiras

A análise de demonstrações financeiras é útil tanto para analistas internos como para analistas externas à organização. Para proceder a análise econômico-financeira de uma Empresa Rural, o empresário vai precisar de informações que constam do seu balanço patrimonial, do controle de caixa e do controle de estoque (CREPALDI, 2006, p.286).

Para Iudícibus (2012, p. 77)

A análise deve ser entendida dentro de suas possibilidades e limitações. De um lado mais aponta problemas a serem investigados do que indica soluções, do outro, desde que convenientemente utilizada, pode transformar-se num poderoso “painel de controle” da administração.

2.15.1 Índices

Um índice é uma comparação entre dois números no caso, representativos das contas escolhidas (CREPALDI, 2006).

2.15.2 Índice de Rentabilidade

Os índices de Rentabilidade medem o quanto uma empresa está sendo lucrativa ou não, através dos capitais investidos, o quanto renderam os investimentos e, qual o resultado econômico da empresa.

Para Crepaldi (2006, p.289)

Índice de Rentabilidade é, sem dúvida, o mais significativo indicador econômico das empresas privadas, pois sintetiza o desempenho da empresa rural em termos de resultados. Resume, enfim, a eficiência com que o negócio está sendo administrado.

Hoji *apud* Camelo *et. al.* (2007), afirma que os índices de rentabilidade

São muito importantes, pois evidenciam o sucesso (ou insucesso) empresarial. Os índices de rentabilidade são calculados, geralmente, sobre as receitas líquidas (alguns índices podem já ter sido calculados em análise vertical), mas, em alguns

casos, pode ser interessante calcular sobre as Receitas Brutas deduzidas somente das vendas canceladas e abatimentos.

Ao se trabalhar com análise de rentabilidade, é importante verificar se os lucros estão relacionados com valores que possam expressar a "dimensão" dos mesmos dentro das atividades da empresa.

2.15.3 Índice de Lucratividade

Este critério de avaliação de investimentos busca estabelecer uma relação entre o valor presente das entradas líquidas do projeto e o investimento inicial. O método indica, em termos de valor presente, quanto o projeto oferece de retorno para cada unidade monetária investida (PENA E HOMMA *apud* NETO, 2006).

De acordo com Crepaldi (2006, p. 289)

Este é um indicador importante principalmente para o empresário rural traçar a estratégia de vendas de sua empresa. Isoladamente sua importância é relativa, já que uma empresa pode compensar índices de lucratividades baixos aumentando seu volume de vendas.

A vantagem do índice de lucratividade é poder mensurar o ganho em valores presentes, mas não serve para comparação e é complicado, pois exige conhecimento do custo de capital e de todos os fluxos de caixa.

2.15.4 Índice de Liquidez

Este é um indicador exclusivamente financeiro, e, portanto, expresso em valor monetário. Ele vai demonstrar quanto à empresa possui em créditos com relação ao que ela tem que pagar (CREPALDI, 2006, p.289).

São índices usados para medir as condições de pagamento da empresa, isto é, se a empresa apresenta um quadro favorável, ou não, para saldar suas dívidas (prazo imediato, curto e longo prazo).

Segundo Silva (1999, p. 266) os índices de liquidez

Visam fornecer um indicador da capacidade da empresa de pagar suas dívidas, a partir da comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades. No geral, a liquidez decorre da capacidade de a empresa ser lucrativa, da administração de seu ciclo financeiro e das suas decisões estratégicas de investimento e financiamento.

2.15.5 Análises dos Indicadores Econômico-Financeiros

As análises das demonstrações contábeis transformam dados patrimoniais em informações úteis para seus interessados.

Os indicadores econômico-financeiros são valores quantitativos, ou seja, números utilizados para identificar a situação e o desempenho econômico-financeiro de uma Empresa rural. Depois de apurados, eles devem ser comparados com os resultados de períodos anteriores e com as projeções, no processo de análise e avaliação. (CREPALDI, 2006, p. 286).

Crepaldí (2006), ainda salienta que os primeiros indicadores usados para analisar econômico financeiramente uma empresa são:

- Despesa média mensal;
- Receita média mensal;
- Ativo Circulante;
- Ativo Não Circulante;
- Passivo Circulante;
- Passivo Não Circulante;
- Patrimônio Líquido;
- Lucro Líquido;
- Capital de giro próprio.

Para Gitman e Madura (2003, p. 191) “a análise de índices envolve métodos de cálculo e interpretação de índices financeiros para analisar e monitorar o desempenho da empresa”

2.16 Margem de Contribuição (MC)

Para Padoveze (2004, p. 368) margem de contribuição “é a diferença entre preço unitário do produto e os custos e despesas variáveis por unidade do produto”.

De acordo com Martins (2003, p. 128)

Margem de Contribuição por Unidade, que é a diferença entre o preço de venda e o Custo Variável de cada produto; é o valor que cada unidade efetivamente traz à

empresa de sobra entre sua receita e o custo que de fato provocou e que lhe pode ser imputado sem erro.

Este é um conceito de extrema importância para o custeio variável na tomada de decisões gerenciais, uma vez que, demonstra qual produto contribui mais na formação do lucro, podendo com isso, promover a produção do produto que produz maior Margem de Contribuição, principalmente quando houver limitação na capacidade produtiva.

2.17 Ponto de Equilíbrio (PE)

De acordo com Maehr, (2001, p. 436), ponto de equilíbrio é o volume de vendas para o qual o lucro é igual a zero. Para calcular o ponto de equilíbrio em unidade a fórmula é:

Figura 3 - Ponto de Equilíbrio em Unidades

$$\text{Ponto de equilíbrio em unidades} = \frac{\text{Custos Fixos}}{\text{Margem de contribuição unitária}}$$

$$\text{Ponto de equilíbrio em valor das vendas} = \frac{\text{Custos Fixos}}{\text{Índice de margem de Contribuição}}$$

Fonte: Maehr, (2001, p. 436)

Já Martins, define ponto de equilíbrio como

O Ponto de Equilíbrio (também denominado Ponto de Ruptura — Break-even Point) nasce da conjugação dos Custos e Despesas Totais com as Receitas Totais. Estas, numa economia de mercado, têm uma representação macroeconômica também não linear; isto é, para o mercado como um todo — de computadores, por exemplo —, tende a haver uma inclinação para menos, já que cada unidade adicional tenderia a ser capaz de produzir menor receita (MARTINS, 2003, p. 185)

Ponto de Equilíbrio corresponde aquele momento que a empresa atinge um volume de vendas ou de produção em que permite cobrir seus custos operacionais. “Sem lucro e nem prejuízo, é o marco zero”. Desta forma, o cálculo indica o quanto se precisa produzir para não ter prejuízo, e a partir de que momento a produção começará a auferir ganhos (CREPALDI, 2004).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologia é a parte do trabalho que está voltada para a classificação da pesquisa, sua natureza e seus objetivos, onde estão expostas as etapas necessárias para a elaboração do estudo.

Yin (2005) define o estudo de caso como único e múltiplo, o referido foi realizado em uma propriedade rural situada no município de Dom Pedrito-RS, no período de julho a outubro de 2013, onde foram utilizadas informações e demonstrações contábeis da empresa rural, e procurou-se embasamento bibliográfico em literaturas da área contábil e financeira para dar sustentação referencial para o tema estudado, analisado e interpretado.

O estudo apresentou um tipo de pesquisa-diagnóstico, de acordo com Roesch (2010), pesquisas que visam ao diagnóstico de uma situação organizacional normalmente não acarretam um custo muito alto, mas são dificultadas dado o problema de confidencialidade dos dados ou desconfiança do empresário em abrir informações para os estagiários.

A pesquisa- diagnóstico possui propósitos específicos, de acordo com o tipo de projeto, entre eles estão, propor soluções, diagnosticar problemas, avaliar processos, avaliar resultados, ou resolver problemas mais amplos.

3.1 Classificação da Pesquisa

3.1.2 Do ponto de vista dos seus objetivos

Considerando o objetivo geral do estudo esta pesquisa classificou-se como uma pesquisa descritiva, pois uma de suas características mais significativas esta na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Segundo Gil (*apud* BEUREN, 2008, p. 81).

A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas esta na utilização de técnicas padronizada de coleta de dados.

3.1.3 Do ponto de vista dos seus procedimentos

O procedimento na pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo, e, portanto se obtém os dados.

Classificou-se como um estudo de caso, pois caracteriza-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso.

De acordo com Roesch (2010, p. 201)

Alguns aspectos caracterizam um estudo de caso como uma estratégia de pesquisa: permite o estudo de fenômenos em profundidade dentro de seu contexto; é especialmente adequado ao estudo de processos e explora fenômenos com base em vários ângulos.

Este estudo é preferido pelos pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos a respeito de determinado caso específico (BEUREN 2008).

3.1.4 Quanto à forma de abordagem do problema

Quanto à forma de abordagem do problema existem dois tipos de pesquisa que podem ser aplicadas: a quantitativa e a qualitativa. Conforme Beuren (2010, p. 92), “[...] na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”, ou seja, através da investigação, pode-se ter uma forma de entender a natureza de um fenômeno social.

Quanto à forma quantitativa, segundo Roesch (2010, p.130)

Se o propósito do projeto implicar medir relações entre variáveis (associação ou causa-efeito), ou avaliar o resultado de algum sistema ou projeto, recomenda-se utilizar preferencialmente o enfoque da pesquisa quantitativa e utilizar a melhor estratégia de controlar o delineamento da pesquisa para garantir uma boa interpretação dos resultados.

Portanto, o presente estudo é caracterizado como uma pesquisa qualitativa e quantitativa, porque os dados foram coletados no ambiente natural da propriedade, analisados e interpretados pela pesquisadora.

3.2 Coleta de Dados

3.2.1 Instrumento de coleta de dados

Para este estudo primeiramente foi utilizada a entrevista, de maneira não estruturada e informal, buscando entender melhor o ambiente em que está inserida a empresa, assim como seus objetivos.

Então, conhecendo a estrutura atual da empresa, conseguiu-se com mais clareza compreender os fatores a serem analisados na propriedade em estudo.

Os dados foram coletados por meio de documentos fornecidos pelo proprietário, como extratos bancários, notas fiscais e escrituras. Esses dados foram registrados separadamente por mês. Visitas à propriedade e observação direta, também foram efetuadas no decorrer do período analisado, que se refere aos meses de julho a outubro de 2013.

Para embasar a pesquisa foi utilizada como meio de coleta a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Outro fator que contribuiu para a referida análise foi o referencial teórico que funcionara como um passo-a-passo, elencando aspectos importantes que foram levados em conta para obtenção de uma análise baseada em dados realistas.

3.2.1 Análise dos dados

Conforme Marconi & Lakatos (2010, p. 151), “uma vez manipulados os dados e obtidos os resultados, o passo seguinte é a análise e interpretação dos mesmos, constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa”.

Os dados coletados foram analisados, através dos documentos contábeis da empresa e posteriormente interpretados por meio de tabelas, planilhas eletrônicas e gráficos, e foi elaborada a análise da viabilidade econômica e financeira da produção da propriedade.

Assim a seguir apresenta-se o histórico da propriedade, os conceitos utilizados e os dados obtidos.

3.3 Dados da Propriedade

A empresa rural estudada foi a propriedade do empresário rural Rafael Rockembach de Ávila, situada na Estrada Santa Maria Grande S/N, Bento Rengo, interior do município de Dom Pedrito-RS, onde produz arroz e soja em larga escala, com maquinários de alta tecnologia com o objetivo de se manter no mercado com alta produtividade, produtos de boa qualidade e visando maximizar seus lucros.

A mesma possui uma área de aproximadamente 1.170 hectares e toda ela por sua vez é de origem arrendada, sendo cultivados 320ha de Arroz e 850ha de Soja na safra 2012/2013.

O trabalho da empresa rural é desempenhado pelo produtor rural, por dois funcionários com registro na carteira de trabalho e por um funcionário que recebe um valor fixo mensal e

uma porcentagem da produção total de grãos da empresa rural, aumentado em até 100% a contratação nos períodos de safra.

Na observação dos conceitos administrativos, a empresa rural não possui um planejamento estratégico, a mesma possui assessoria de contabilidade que serve como apoio para base do Imposto de Renda. Salienta-se que o produtor está sempre observando as modificações do mercado, para saber como gerir a empresa rural, e também para saber a hora de comercializar seus produtos.

A partir dos dados da propriedade foi feita então a análise contábil e financeira da propriedade como exposto no próximo capítulo.

4 RESULTADOS

Este capítulo consiste na atividade prática do Trabalho de Conclusão de Curso onde, são apresentados os cálculos e as análises feitas com base nas informações coletadas, através das quais se buscaram as respostas do problema proposto.

4.1 Análise Contábil

Através das demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício e Demonstração do Fluxo de Caixa, planilha de custos, tabelas e gráficos, foram explanadas todas as peculiaridades da lavoura agrícola, safra 2012/2013 da propriedade.

Na sequência, foram expostas e comentadas as análises dos indicadores econômico-financeiros e de custos, extraídos das demonstrações contábeis.

4.2 Fluxo Financeiro

O Fluxo Financeiro tem o objetivo de fornecer informações para a tomada de decisões, pois ele mostra uma previsão das entradas e saídas dos recursos monetários em um determinado período. Foram utilizados os dados coletados para a identificação, observação e descrição das atividades produtivas através da pesquisa descritiva com a finalidade de levantar todos os itens de que compõem o fluxo de caixa da empresa rural.

O período de análise do fluxo de caixa pode variar: diário, mensal ou anual. Na empresa rural geralmente não existem movimentação diária de caixa porque a compra e venda de produtos são realizadas esporadicamente, conforme os ciclos produtivos.

Através da coleta de notas fiscais de entradas e saídas, recibos, anotações, comprovantes de pagamentos e pela indicação do proprietário sobre algum custo não comprovado foi realizada a composição dos custos e itens que devem compor o fluxo através da montagem de planilhas eletrônicas. O período utilizado para a montagem do fluxo da propriedade foi de 01 de julho de 2012 a 30 de junho de 2013.

Observando o fluxo percebeu-se que o período de maior necessidade financeira na propriedade foi o segundo semestre do ano de 2012 (meses de julho a novembro). Já o mês em que houve menos desembolso, foi no mês de janeiro.

O maior gasto da safra 2012/2013 que se deu no mês de fevereiro, motivando-se pelo começo da colheita do arroz, onde a mão de obra tem bastante destaque, os outros meses em que houve grande gasto com a safra, foi os meses de Julho de 2012, provavelmente pela compra de insumos da nova safra, assim como, o mês de junho de 2013, onde estão sendo encerrados os gastos com a safra de 2012/2013 e devido ao gasto com transporte que é bastante acentuado, assim como, o começando os gastos da safra 2013/2014.

Ficou evidenciado como período de maior entrada de dinheiro o primeiro semestre de 2013, isso acontece porque é o período de colheita, momento em que o proprietário mais comercializa os seus produtos e que precisa pagar os insumos adquiridos para o plantio das mesmas. Com esta informação pode-se gerir melhor a comercialização e tentar um melhor ganho financeiro.

Salienta-se que como não existem saídas ou entradas diárias regulares, optou-se pelo modelo de fluxo de caixa mensal. Porém para dar continuidade na gestão e no controle deste fluxo, o mesmo deverá ser utilizado de forma a facilitar a gestão, podendo ser implantado diariamente para ter um melhor controle das contas a pagar e a receber.

No quadro a seguir, disposto na página seguinte, demonstra-se o Fluxo de Caixa Atual.

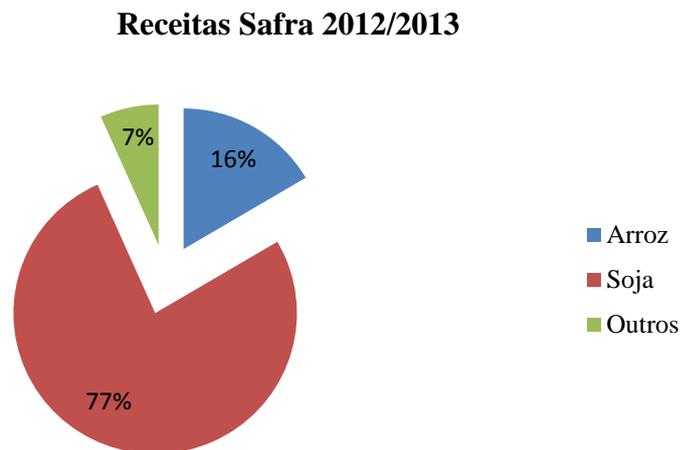
Tabela 1 - Fluxo de Caixa

Descrição	jul/12	ago/12	set/12	out/12	nov/12	dez/12	jan/13	fev/13	mar/13	abr/13	mai/13	jun/13	TOTAL ANUAL
1. Saldo Inicial	367.007,89	140.830,19	-12.459,77	-77.685,96	-111.828,56	-160.909,16	-71.430,87	-157.908,93	-427.979,21	-348.038,86	-285.559,22	332.269,83	367.007,89
2. ENTRADAS													
2.1. Vendas Arroz	0,00	0,00	0,00	31.643,15	0,00	0,00	0,00	0,00	250.028,00	42.463,10	44.698,46	39.998,64	408.831,35
2.2. Vendas Soja	0,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	236.770,00	1.041.500,00	603.178,42	1.898.948,42
2.3. Venda Implementos Agrícolas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00
3. TOTAL DAS ENTRADAS	0,00	0,00	0,00	31.643,15	17.500,00	165.000,00	0,00	0,00	250.028,00	279.233,10	1.086.198,46	643.177,06	2.472.779,77
4. SAÍDAS													
4.1 Fornecedores Insumos	141.818,00	97.988,66	20.167,55	18.100,00	10.577,50	12.158,60	19.479,80	48.931,05	9.064,00	74.698,50	141.606,71	118.696,80	713.287,17
4.2 Alimentação	815,60	560,37	434,00	523,15	1.540,00	0,00	1.865,20	1.106,84	1.760,80	1.134,50	1.393,20	2.214,50	13.348,16
4.3 Participação- Exp. Agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.500,00	0,00	0,00	0,00	24.500,00
4.4 Serviços na Lavoura	0,00	1.064,63	2.200,00	1.455,00	1.500,00	1.610,00	4.600,00	3.600,00	1.300,00	2.600,00	4.445,30	2.156,34	26.531,27
4.5 Energia Elétrica da Lavoura	6.857,69	2.706,22	12.827,77	3.559,95	4.856,69	6.342,04	5.679,82	6.837,69	3.054,96	8.698,52	2.900,09	3.547,62	67.869,06
4.6 Material Elétrificação Rural	0,00	563,89	882,97	0,00	238,88	0,00	280,73	0,00	1.440,00	1.569,77	2.138,91	0,00	7.115,15
4.7 Material Hidraulico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.879,55	1.142,90	986,00	256,30	1.420,00	0,00	5.684,75
4.8 Seguro Agricola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.500,00
4.8 Serviço de Torno e Solda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.650,00	0,00	0,00	0,00	3.650,00
4.9 Peças p/ Maq. e Equip.	31.513,73	11.602,30	7.803,88	10.315,96	11.014,87	3.569,09	32.560,98	24.560,69	9.767,80	9.698,77	22.758,93	40.558,64	215.725,64
4.10 Serviços p/ Maq. Equip	3.217,00	3.728,60	750,00	5.070,00	1.030,00	0,00	0,00	0,00	1.187,00	0,00	2.204,00	2.200,00	19.386,60
4.11 Rolamentos e Retentores	2.360,00	683,00	1.019,00	254,00	328,40	580,00	0,00	189,90	451,75	109,68	845,00	680,50	7.501,23
4.11 Fretes	0,00	0,00	0,00	0,00	1.540,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	24.400,00	157.208,39	50.000,00	283.148,39
4.12 Combustível / Óleo Diesel	23.586,00	10.264,00	4.477,32	1.967,90	3.268,52	4.586,66	3.745,20	6.878,10	10.871,40	23.563,65	28.005,00	47.640,00	168.853,75
4.13 Serviço de Declaração IR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.695,00	0,00	0,00	1.695,00
4.14 Impostos de renda	147,96	148,95	149,94	150,73	151,61	0,00	0,00	0,00	0,00	1.579,15	0,00	0,00	2.328,34
4.15 Comissões/Percentagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.175,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.498,00	15.867,90	56.540,90
4.16 Outras Custos Variáveis	0,00	559,44	64,98	0,00	0,00	156,98	169,77	1.477,33	568,98	584,00	335,69	868,47	4.785,64

4.19 Folha de Pagamento	1.422,84	2.138,13	2.138,13	2.138,13	2.138,13	2.120,38	823,57	2.132,13	2.272,99	2.350,49	1.563,16	1.563,16	22.801,24
4.20 Férias/ 13º Salário/ Rescisões	0,00	0,00	0,00	0,00	916,50	834,72	1.902,56	0,00	0,00	0,00	1.101,38	0,00	4.755,16
4.21 Contrib.INSS/FGTS/Conf./S ind	541,10	754,86	536,59	728,35	1.014,58	719,11	822,19	844,89	753,52	878,01	1.201,87	684,95	9.480,02
4.22 Aluguel	718,62	967,52	0,00	0,00	840,00	813,00	1.630,00	760,00	760,00	760,00	755,00	766,00	8.770,14
4.23 Água/Luz/Tel./Internet	122,46	119,90	0,00	0,00	0,00	0,00	106,98	0,00	244,91	84,90	122,82	0,00	801,97
4.24 Arrendamento	1.500,00	14.860,20	1.500,00	1.500,00	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	1.500,00	1.500,00	22.565,00	6.000,00	56.925,20
4.25 Cópias e Autenticações	3,80	34,80	11,00	5,80	34,05	12,20	22,40	25,80	0,00	27,60	217,94	60,07	455,46
4.26 Honorários	933,00	933,00	933,00	933,00	1.399,50	1.399,50	1.017,00	1.017,00	1.017,00	1.017,00	1.017,00	1.017,00	12.633,00
4.27 Serviços Diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00	0,00	1.500,00	0,00	404,15	0,00	5.204,15
4.28 INSS Rafael	0,00	0,00	430,78	430,78	430,78	430,78	430,78	457,49	457,49	457,49	457,49	457,49	4.441,35
4.29 Unimed	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	989,38	0,00	0,00	0,00	989,38
4,30 Outros Custos Fixos	3.655,69	437,50	132,00	85,00	3.158,00	2.450,00	258,98	350,00	1.980,23	1.290,00	1.179,84	3.126,48	18.103,72
4.31 Investimentos	4.891,70	3.038,30	8.186,30	5.186,00	5.186,27	8.478,24	2.148,00	131.000,00	2.603,44	57.064,88	36.766,54	9.509,21	274.058,88
4.32 Variações de Consorcio	236,98	135,69	580,98	582,00	416,32	785,41	754,55	258,47	406,00	735,25	258,00	165,00	5.314,65
4.33 Empréstimos Financiamentos	1.835,53	0,00	0,00	12.800,00	12.000,00	23.300,00	0,00	0,00	37.000,00	0,00	0,00	13.456,03	100.391,56
5. TOTAL DAS SAÍDAS	226.177,70	153.289,96	65.226,19	65.785,75	66.580,60	75.521,71	86.478,06	270.070,28	170.087,65	216.753,46	468.369,41	321.236,16	2.185.576,93
6. ENTRADAS - SAÍDAS	-226.177,70	-153.289,96	-65.226,19	-34.142,60	-49.080,60	89.478,29	-86.478,06	-270.070,28	79.940,35	62.479,64	617.829,05	321.940,90	287.202,84
7. SALDO FINAL	140.830,19	-12.459,77	-77.685,96	-111.828,56	-160.909,16	-71.430,87	-157.908,93	-427.979,21	-348.038,86	-285.559,22	332.269,83	654.210,73	654.210,73

Ainda sobre o Fluxo de Caixa do ano de 2012/2013 verificou-se que 77% das entradas devem-se a atividade de produção de soja, 16% a produção de arroz e 7% referente venda de implemento usado.

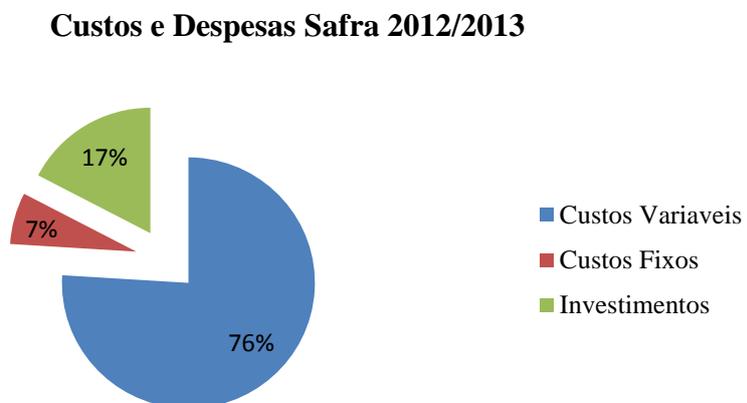
Gráfico 1 - Receita Safra 2012/2013



Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013.

Quanto a saídas, conforme gráficos a baixo, a produção de grãos apresentou o maior valor, 76% referente aos custos variáveis, 7% destinam-se aos custos fixos e 17% representam os investimentos da propriedade.

Gráfico 2 - Custos e Despesas Safra 2012/2013



Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013.

O fluxo de caixa é muito importante para a gestão de uma empresa rural, porque como abordam Salazar e Benedicto (2004), o fluxo de caixa auxilia na elaboração de um planejamento financeiro, para equilibrar o caixa, ou seja, que exista dinheiro suficiente para conseguir cumprir com suas obrigações e também que não haja excesso de caixa.

4.3 Balanço Patrimonial

A seguir apresenta-se o Balanço Patrimonial, com apuração conforme o encerramento da safra em 30/06/2013.

Tabela 2 - Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial em 30/06/2013			
ATIVO	1.816.944,38	PASSIVO	1.816.944,38
ATIVO CIRCULANTE	876.360,38	PASSIVO CIRCULANTE	325.311,98
DISPONÍVEL	876.360,38	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	684,95
CAIXA	69.745,17	SALÁRIOS A PAGAR	0,00
BANCOS	93.190,74	FÉRIAS A PAGAR	0,00
BANCO BRADESCO	86.717,59	13º SALÁRIO A PAGAR	0,00
BANCO SICREDI	4.518,80	INSS A RECOLHER	532,95
BANCO DO BRASIL	1.954,35	FGTS A PAGAR	136,48
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	492.424,47	RESCISÃO DE TRABALHO A PAGAR	0,00
BANCO SICREDI	220.954,80	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A PAGAR	0,00
BANCO DO BRASIL	271.469,67	CONTRIB. CONFEDERATIVA A PAGAR	15,52
ESTOQUES	221.000,00	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	324.627,03
CULT.TEMPORÁRIA EM FORM.	0,00	CONSORCIO DE AUTOMOVEIS	9.850,00
ARROZ	0,00	PLANTADEIRA IMASSA	8.000,00
SOJA	0,00	PULVERIZADOR AGRICOLA	24.794,00
PRODUTOS AGRICOLAS	221.000,00	GRADE ARADORA	14.500,00
ARROZ VENDIDO	0,00	BANCO DO BRASIL S/A	2.816,36
SOJA VENDIDO	0,00	BANCO DO BRASIL - BB CREDIARIO	0,00
ARROZ ESTOCADO	221.000,00	COLHEITADEIRA NEW HOLLAND	148.000,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	940.584,00	TRATOR NEW HOLLAND	116.666,67
IMOBILIZADO	940.584,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	243.648,36
VEÍCULOS	36.000,00	EMPRESIMOS E FINANCIAMENTOS LP	243.648,36
MITSUBISHI L200	45.000,00	FINANCIAMENTO WALTRA	120.194,26
(-)DEPREC. ACUM. DE VEICULOS	9.000,00	BANCO DO BRASIL S/A	35.454,10
MAQ. EQUIP. E FERRAMENTAS	367.200,00	TOYOTA HILLUX	88.000,00
COLHEITADEIRA JONH DEERE	180.000,00	TRATOR VALTRA	0,00
TRATOR VALMET	60.000,00	PATRIMONIO LIQUIDO	1.247.984,04
TRATOR VALMET	35.000,00	CAPITAL SOCIAL	583.780,04
PLANTADEIRA IMASSA	25.000,00	CAPITAL SOCIAL	583.780,04

GRADE NIVELADORA	12.000,00	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUM.	664.204,00
GRADE ARADORA	8.000,00	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	84.567,98
TAIPADEIRA	9.000,00	LUCRO DO EXERCÍCIO	748.771,98
TANQUE COMBUSTIVEL	5.000,00		
GRANELEIRO	16.000,00		
PULVERIZADOR AGRICOLA	10.000,00		
BOMBA WORTHING	50.000,00		
SEMEADORA	55.000,00		
PLANTADEIRA TATU	50.000,00		
TRATOR NEW HOLLAND	85.000,00		
BANDEIRANTE	12.000,00		
(-) DEPREC. DE MÁQ. E EQUIP.	244.800,00		
IMOB. EM ANDAMENTO	537.384,00		
CONSORCIO FIAT- BRADESCO	22.730,00		
PLANTADEIRA IMASSA	20.000,00		
PULVERIZADOR AGRICOLA	35.000,00		
TRATOR NEW HOLLAND	140.000,00		
GRADE ARADORA	29.000,00		
COLHEITADEIRA	185.000,00		
TOYOTA HILLUX	110.000,00		
TRATOR VALTRA	130.000,00		
(-) DEPREC. DE MAQ. E EQUIP.	134.346,00		

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013.

Foi efetuado o levantamento inicial e após a safra. E esses dados apresentados no balanço são a base para o cálculo dos índices e para a análise Econômica e financeira da propriedade rural.

O Balanço Patrimonial da propriedade apurou o ativo e o passivo ao fim do exercício da safra 2012/2013 o valor de R\$ 1.816.944,38.

O Ativo Circulante da Propriedade constituiu-se em um valor de R\$ 876.360,38E o Ativo não circulante, teve em seu encerramento o valor final de R\$ 940.584,00.

O Passivo Circulante da propriedade que se referem as contas de curto prazo, possui um valor em 30/06/2013 de 325.311,98, e o Passivo não circulante 243.648,36 através destes dados, percebe-se que pelo valor do ativo ser superior ao passivo circulante a empresa possui liquidez, para saldar suas dividas em curto prazo, o ativo não circulante possui seu valor mais elevado referente ao investimento em maquinários, que em contra partida representa parte do passivo não circulante que se refere aos financiamentos e empréstimos que o produtor adquiriu para investir na sua propriedade.

O patrimônio líquido é composto pelo Capital Social, e o Lucro/Prejuízo acumulado ou do Exercício. É importante destacar que a composição do saldo inicial do Patrimônio Líquido foi tomado com base em uma média de resultado de safras dos últimos 5 anos, pois o mesmo não possuía um capital social integralizado, fator este que interfere diretamente no resultado final. O Patrimônio Líquido possui ao fim da safra um saldo positivo de R\$ 1.247.984,04.

Diante do exposto, percebe que a situação líquida da empresa é favorável, pois seu ativo antes do encerramento do exercício possuía um saldo positivo sobre o passivo, ou seja, a soma de bens e direito possuem liquidez para cobrir suas obrigações.

4.4 Demonstração do Resultado do Exercício

Considerada uma peça fundamental para a verificação da situação em que se encontra determinada propriedade ou entidade. Através dela podemos verificar se a mesma gerou lucro ou prejuízo em um período de doze meses.

Este trabalho teve cunho gerencial, deste modo, foi desprezado o encerramento do ano fiscal (31/12) para apuração da DRE e do BP, uma vez que gerencialmente é viável apurar o resultado, logo após o término do exercício laboral.

Tabela 3 - Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado Exercício em 30/06/2013	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.307.779,77
Lucro Bruto	2.307.779,77
(-) CUSTO DO PRODUTO VENDIDO	(1.315.284,73)
Custo Produto Vendido – Soja	(920.699,31)
Custo Produto Vendido – Arroz	(394.585,42)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	992.495,04
DESPESAS OPERACIONAIS	(598.720,81)
Despesas com Pessoal	(37.036,42)
Despesas Administrativas	(227.410,26)
Despesas com Serviços	(307.366,00)
Despesas com Maquinas e Equipamentos	(26.908,13)
DESPESAS FINANCEIRAS	(7.642,99)

Despesas Financeiras/Tributárias	(7.642,99)
DEPESAS NÃO OPERACIONAIS	(23.823,96)
Retiradas não operacionais	(23.823,96)
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	165.464,70
(+) PRODUTO PARA COMERCIALIZAÇÃO	221.000,00
Produto Estocado – Arroz	221.000,00
LUCRO OPERACIONAL LÍQUIDO	748.771,98
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	748.771,98

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013.

O valor da Receita Operacional Bruta refere-se à venda da produção efetivamente colhida, ou seja, 41.000 sacas de soja e 16.3450 sacas de arroz. O custo do Produto vendido, faz referencia aos custos de produção da cultura Arroz e Soja.

As Despesas Operacionais correspondem as despesas com pessoal, administrativas e despesas gerais com maquinários, dentre essas as despesas com serviços, principalmente de fretes é a que possui um valor mais significativo na produção

As Despesas Financeiras são correspondentes aos Encargos com Financiamentos de Maquinários; e as Receitas Financeiras são oriundas de Rendimentos de Aplicações Financeiras.

Receitas Eventuais – refere-se à venda de um implemento agrícola usado. O Produto para comercialização faz referencia a 6.500 sacas de arroz que se encontram estocadas ao preço de mercado em 01/10/2013 a R\$ 34,00 a saca (IRGA).

Em relação ao Lucro Operacional Líquido, é o resultado do exercício da safra 2012/2013 sem dedução de impostos.

4.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

A demonstração foi elaborada de forma analítica, visando torná-la uma ferramenta de uso habitual pelo produtor rural. A DFC modelo direto utiliza o conceito de caixa, que é de fácil entendimento pelos usuários de suas informações. Possui um poder informativo bastante superior ao modelo indireto. Evidencia o confronto entre as entradas e saídas de caixa, e demonstra se haverá sobra ou falta de dinheiro, permitindo ao produtor rural decidir com antecedência, se deverá tomar ou aplicar os recursos.

Tabela 4 - Demonstração de Fluxo de Caixa

Demonstração de Fluxo de Caixa de 01/07/2012 a 30/06/2013			
	Entradas	Saídas	Saldo
I - Atividades Operacionais			
Receita Operacional Bruta	2.307.779,77		
(-) Custo Do Produto Vendido		1.315.284,73	
(-) Despesas Com Pessoal		37.036,42	
(-) Despesas Administrativas		227.410,26	
(-) Despesas com Serviços		307.366,00	
(-) Despesas com Maquinas e Equipamentos		26.908,13	
(-) Despesas Financeiras/Tributárias		7.642,99	
Caixa Líquido Total			385.131,24(+)
II - Atividades Investimentos			
(+) Receita venda de implemento usado	165.000,00		
(-)Consortio Fiat – Bradesco		12.880,00	
(-)Plantadeira Imassa		12.000,00	
(-)Pulverizador Agricola		10.206,00	
(-)Trator New Holland		23.333,33	
(-)Grade Aradora		14.500,00	
(-)Colheitadeira		37.000,00	
(-)Toyota Hillux		22.000,00	
(-)Trator Valtra		130.000,00	
Caixa Líquido Total			96.919,33 (-)
III – Atividades Financeiras			
(+) Empréstimo – Banco do Brasil	7.353,25		
(+) Empréstimo – BB Eletrônico	1.835,53		
(+) Rendimento de Aplicações Financeiras	464,70		
(-) Pagamento Banco do Brasil		4.536,89	
(+) Pagamento BB Eletrônico		1.835,53	
Caixa Líquido Total			3.284,26 (+)
Total das Origens	2.482.433,25		
Total das Aplicações		2.189.940,28	

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013.

Por entender sua importância, achou-se indicado e viável para este estudo, pela sua simplicidade em considerar o fluxo dos recebimentos e pagamentos da propriedade agrícola, controlando, deste modo, ao longo do ano Fiscal, o fluxo de informações monetárias que deverão ser prestadas contas no ano seguinte. A DFC é composta por três categorias: Operacional, Investimentos e Financiamentos.

No resultado gerado pela Atividade Operacional, percebe-se que o Caixa gerado foi através do desempenho da atividade e de outros serviços prestados. Foi suficiente para pagar as despesas operacionais e outros custos fixos da propriedade. E após ter pagado todas as despesas da Atividade Operacional, restou um caixa líquido de R\$385.131,24.

No resultado gerado pela Atividade de Investimentos, observa-se a captação de recursos, através da venda bem do ativo imobilizado. E os altos custos em decorrência de novos investimentos, fez com que o saldo ficasse negativo em R\$ 96.919,33.

No resultado gerado pela Atividade de Financiamentos, refere-se aos pagamentos de empréstimos, contraídos em períodos anteriores, para financiamentos de maquinários e custeio operacional da lavoura. Nota-se que houve captação de capitais externos para o custeio da lavoura e houve também o pagamento deste financiamento, encerrando o ciclo. Também houve o pagamento de prestações de imobilizado.

Com a análise destes três grupos que compõem a DFC, foi possível evidenciar que ela ainda conta com liquidez para fazer frente a compromissos circulantes vencíveis no ano em curso. Todavia, a análise da DFC torna-se ainda mais enriquecida com a comparação entre demonstrações de anos anteriores e fluxos projetados.

Para a existência da safra seguinte (2013/2014), a propriedade tem um bom saldo em caixa decorrente das receitas, assim como, produtos estocados, o que tranquiliza ainda mais o produtor, levando em consideração que os custos dos insumos são os mais altos da safra, o mesmo terá saldo em caixa suficiente para as etapas iniciais.

A participação de capitais externos é baixíssima; e como o percentual de lucro é excelente, entende-se que seja viável trabalhar com capital oriundo de terceiros.

A adoção por esta demonstração veio facilitar ao usuário interno (produtor) e externo (bancos, cooperativas e outros), a avaliação da capacidade de pagamento da propriedade.

Evidenciando toda a movimentação dos recursos financeiros, as origens dos recursos de caixa e onde eles foram aplicados.

4.6 Análise das Demonstrações

A partir dos dados apresentados pelos relatórios contábeis, obtém – se os índices financeiros, e partir desses é que se elaborada a análise da situação real da empresa. Mais importante do que ter esses dados estruturados, é fazer com os mesmo sejam claros e úteis ao gestor.

4.7 Análise Econômica e Financeira

Neste tópico apresenta-se a análise econômica e financeira da produção agrícola.

4.7.1 Análise dos Indicadores Financeiros

Após a demonstração dos Fluxos de Caixa e das Demonstrações do Resultado do Exercício, apresenta-se uma análise dos indicadores financeiros.

4.7.1.2 Situação Financeira: Indicadores de Liquidez

São quatro os índices de Liquidez. E os mesmos avaliam a capacidade de pagamento da empresa frente suas obrigações. Sendo de grande importância para administração da continuidade da empresa, as variações destes índices devem ser motivos de estudo para gestores (ZANLUCA).

4.7.1.2.1 Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente mostra que para cada um real de dívida, em curto prazo a propriedade tem R\$ 2,69 de recursos disponíveis para quitar as obrigações correntes, ou seja, num prazo menor que um ano, e dispõe ainda de uma folga de 1,69 para cada 1,00 da dívida, a curto prazo. Valor bem superior que o indicador padrão. Sempre que este indicador for superior a R\$ 1,00, significa dizer que a situação financeira é cômoda em relação aos compromissos de curto prazo.

Ressaltando que uma avaliação conclusiva deste indicador depende, todavia, da qualidade em realização dos ativos da empresa, ou seja, da capacidade de realização que os ativos circulantes possuem.

Figura 4 - Índice de Liquidez Corrente

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{876.360,38}{325.311,98}$$

LC = R\$ 2,69

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013.

4.7.1.2.2 Liquidez Seca

Este índice mostra que para cada um real de dívida, a curto prazo tem R\$ 2,01 de Liquidez Seca. Entende-se esta questão da formação e da capacidade de realização dos estoques, na agricultura, tem sua maneira peculiar de serem abordados na análise deste índice, devido à conta Estoque.

Figura 5 - Índice de Liquidez Seca

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{876.360,38 - 221.000,00}{325.311,98}$$

LS = R\$ 2,01

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013.

4.7.2.2.3 Liquidez Imediata

Índice conservador considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações. Excluindo-se além dos estoques as contas e

valores a receber. Um índice de grande importância para análise da situação a curto-prazo da empresa.

Figura 6 - Índice de Liquidez Imediata

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Ativo Circulante Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{655.360,38}{325.311,98}$$

LI = R\$ 2,01

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013.

O índice de Liquidez Imediata diz que a propriedade possui R\$ 2,01 de disponibilidade para cumprir suas obrigações.

4.7.2.2.4 Liquidez Geral

A Liquidez Geral tem a competência de medir a capacidade de pagamento que a propriedade possui, considerando tudo o que ela converterá em dinheiro, a Curto e a Longo Prazo, sem mencionar os prazos de vencimentos, relaciona-se com todas as dívidas assumidas a Curto e Longo Prazo.

Através da análise deste índice, percebe-se que para cada real de dívidas gerais, a propriedade dispõe de R\$ 3,19 de recursos totais para honrar todos seus compromissos, envolvendo valores a curto e longo prazo. Tem sido adotada uma política de prudência em relação aos compromissos financeiros assumidos. Nota-se o equilíbrio das contas ativas e passivas. Os compromissos são assumidos mediante a perspectiva de condições da realização de receita.

Este indicador tendo o valor menor que R\$ 1,00 significa dizer que a liquidez disponível não seria suficiente para cobrir as dívidas assumidas, caso cessasse as atividades, a menos que recorresse ao Patrimônio dos Sócios. Na apreciação de vários períodos consecutivos, este índice apresentará mais idoneidade ao demonstrar o poder de pagamento da propriedade, se ele tende a ganhar ou perder este poder.

Normalmente se diz que quanto maior for este índice, melhor. Entretanto, há que se tomar cuidado, pois excesso de liquidez pode significar capitais não aplicados, e com

isso, implicar em baixa rentabilidade. Manter os índices baixos nem sempre significa uma situação desfavorável. Pode expressar rígida política em relação ao disponível, uma vez que, valores monetários mantidos em caixa ou mesmo em aplicação bancária, não são garantia de retorno econômico.

Figura 7 - Índice de Liquidez Geral

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante}}$$

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{876.360,38 + 940.584,00}{325.311,98 + 243.648,36}$$

$$\text{LG} = \text{R\$ } 3,19$$

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013.

4.7.2.2.5 Índice de Insolvência

O índice de Insolvência se da a partir dos resultados dos Índices de Liquidez, sendo assim, segue s resultados encontrados na propriedade.

Figura 8 - Índice de Insolvência

$$\text{Índice de Retorno do Investimento} = \text{LL/PL} \times 0,5 = 0,59 \times 0,5 = 0,29$$

$$\text{Índice de Liquidez Geral} = 3,19 \times 1,65 = 5,26$$

$$\text{Índice de Liquidez Seca} = 2,01 \times 3,55 = 7,13$$

$$\text{Índice de Liquidez Corrente} = 2,69 \times 1,06 = 2,85$$

$$\text{Índice de Endividamento Total} = \text{PC} + \text{PNC/PL} \times 0,33 = 0,45 \times 0,33 = 0,14$$

$$\text{Índice de Insolvência} = 0,29 + 5,26 + 7,23 - 2,85 - 0,14$$

$$\text{Índice de Insolvência} = 12,78 - 2,99 = 9,79$$

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013.

A propriedade se encontra Solvente, pois possui um resultado acima da média 7, que é a média que indica o grau de solvência da empresa, sendo assim, a propriedade se encontra com grau de solidez econômico-financeiro confortável .

4.7.2.3 Situação Econômica

Estes índices voltam-se aos aspectos econômicos da propriedade e ao seu potencial de gerar resultados. Os índices foram mensurados em relação às receitas na venda da produção e outros rendimentos obtidos.

Relacionam, em sua análise, o lucro líquido, o ativo total e o patrimônio líquido. A relação que há com o lucro líquido, refere-se ao ganho alcançado no exercício incorrido; com ativo, indica o retorno do lucro líquido sobre o ativo total; e com patrimônio líquido, mede o retorno obtido sobre o investimento efetuado pelo proprietário.

4.7.2.3.1 Indicadores de Rentabilidade

A margem de lucro, o giro do ativo, a eficiência com que a propriedade utiliza seus Ativos, com o objetivo de gerar rentabilidade, ou seja, o poder de ganho. O índice de rentabilidade, ou seja, o poder de ganho da propriedade neste período foi é 41%, revelando que, a cada R\$ 100,00 investido, ou seja, aplicado no ativo da propriedade houve uma lucratividade de R\$ 41,00 no período analisado.

Figura 9 - Índice de Rentabilidade do Ativo

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total} \times 100}$$

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{748.771,98}{1.816.944,38 \times 100}$$

ROI = 41%

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013.

Este indicador mede a remuneração do capital do proprietário (PL) aplicado na propriedade. A rentabilidade do patrimônio líquido corresponde a 60%, ou seja, para cada R\$ 100,00 de capital próprio, a propriedade tem retorno de R\$ 60,00 no período analisado.

Figura 10 - índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido

$$\text{Rentabilidade do Patrimônio Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido} \times 100}$$

$$\text{Rentabilidade do Patrimônio Líquido} = \frac{748.771,98}{1.247.984,04 \times 100}$$

ROE = 60%

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013.

4.7.2.3.2 Indicadores de Lucratividade

O índice de lucratividade (IL) é medido pela relação entre o valor atualizado dos fluxos operacionais líquidos de entrada de caixa e os de saída de caixa (investimentos), ou seja: Indica, para cada R\$1,00 aplicado em determinado investimento, quanto a empresa apurou de retorno, expressos todos os resultados em valores atualizados pela taxa mínima de atratividade.

Quando o índice de lucratividade for superior a 1,0 indica um valor presente líquido maior que zero, revelando ser o projeto economicamente atraente.

Em caso contrário, IL menor que 1,0, tem-se um indicativo de desinteresse pela alternativa, a qual produz um valor atualizado de entrada de caixa menor que o de saída.

A lucratividade da safra 2012/2013 obteve um índice de 32% o que indica uma boa condição de lucratividade, pois em relação ao lucro obtido o percentual é considerado ótimo.

Figura 11 - Indicador de Lucratividade

$$\text{Lucratividade} = \frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Receita Líquida} \times 100}$$

$$\text{Lucratividade} = \frac{748.771,98}{2.307.779,77 \times 100}$$

IMB = 32%

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013.

4.8 Análise da Margem de Contribuição e Ponto de Equilíbrio

Como foi explanada acima, a produção da safra 2012/2013, em análise, foi de 41.000 sacas de soja e 55.000 sacas de arroz. Baseado nesta produção procurou-se encontrar a Margem de Contribuição(MC), Ponto de Equilíbrio Contábil (PE) da safra ora mencionada.

4.8.1 Margem de Contribuição

Margem de Contribuição determina o valor contabilizado dos custos variáveis diretos, e o excedente a isto, é lucro.

Figura 12 - Margem de Contribuição – Arroz

$$\text{MC} = \text{Vendas}^* - \text{Custos e Desp. Variáveis.}$$

$$\text{MC} = 1.182.500,00 - \text{R\$ } 512.984,88$$

MC = R\$ 669.515,12

$$\text{IMC} = \frac{\text{MC}}{\text{PV}}$$

$$\text{IMC} = \frac{669.515,12}{1.182.500,00} = \underline{\underline{56\%}}$$

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013

A margem de Contribuição da Soja e do Arroz foram calculadas com base na safra produzida de 55.000 sacas de arroz e 41.000 sacas de soja, sendo que os custos e despesas

variáveis foram ratadas em 30% referente aos custos com arroz e 70% referente aos custos com a soja, visto que o produtor não tem o controle do que usa em cada lavoura.

Sendo assim a Margem de Contribuição do Arroz para a propriedade é de R\$ 669.515,12, o que significa que as vendas de arroz possui uma contribuição maior que os custos variáveis, resultando então uma margem de contribuição positiva.

Figura 13 - Margem de Contribuição Soja

$$\begin{aligned}
 &MC = \text{Vendas} - \text{Custos e Desp. Variáveis.} \\
 &MC = 2.050.000,00 - 1.147.466,17 \\
 &\quad \mathbf{MC = R\$ 902,533,83} \\
 \\
 &\quad \text{IMC} = \frac{MC}{PV} \\
 \\
 &\quad \text{IMC} = \frac{902,533,83}{2.050.000,00} = \mathbf{44\%}
 \end{aligned}$$

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013

A soja tem sua margem de contribuição em R\$ 902.533,83, valor este menor que os custos e despesas variáveis o que significa que a Margem de Contribuição da Soja fica um pouco a baixo em relação ao suas vendas.

4.8.2 Ponto de Equilíbrio

Ponto de Equilíbrio refere-se ao montante da produção, tanto em termos monetários quanto em unidades físicas, necessárias para cobrirem as despesas e custos fixos, contabilizando um resultado nulo, sem lucros e nem prejuízos.

O Ponto de Equilíbrio da propriedade teve o mesmo critério de rateio de custos da Margem de Contribuição, e a partir do exposto tem-se um ponto de equilíbrio em vendas de Arroz, quando o mesmo alcança o valor de R\$ 80.182,03 e R\$ 228.315,54 de Soja.

Figura 14 - Ponto de Equilíbrio – Arroz

$$\text{PE em vendas} = \frac{\text{Custos Fixos}}{\text{Índice de MC}}$$

$$\text{PE em Vendas} = \frac{44.901,94}{56\%}$$

PE em Vendas = R\$ 80.182,03

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013

O Ponto de Equilíbrio da propriedade teve o mesmo critério de rateio de custos da Margem de Contribuição, e a partir do exposto tem-se um ponto de equilíbrio em vendas de Arroz, quando o mesmo alcança o valor de R\$ 80.182,03 e R\$ 228.315,54 de Soja.

Figura 15 - Ponto de Equilíbrio - Soja

$$\text{PE em vendas} = \frac{\text{Custos Fixos}}{\text{Índice de MC}}$$

$$\text{PE em Vendas} = \frac{100.458,84}{44\%}$$

PE em Vendas = R\$ 228.315,54

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013

O Ponto de Equilíbrio mensura o montante de produção necessária para cobrir todos os custos e as despesas fixas da propriedade.

Torna-se interessante salientar que todas as avaliações foram feitas através de exame da decomposição dos elementos dos demonstrativos contábeis e da comparação destes entre si, objetivando uma visão destes entre certos períodos, com a finalidade de emitir um relatório que demonstre sua situação evolutiva dentro do período analisado, bem como entre os elementos que compõem o patrimônio, observando se as decisões e as medidas adotadas por seus administradores têm trazido resultados positivos ou necessitam de ajustes imediatos, ou gerando informações aos diversos usuários.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do problema proposto percebe-se que a contribuição da contabilidade como uma ferramenta gerencial, se dá a partir do momento em que agrega, através da contabilização dos fatos e suas respectivas análises, condições para tomar decisões que irão nortear as ações administrativas na sequência de sua operacionalidade.

Com os custos estruturados, o produtor consegue extrair informação que o ajudará na tomada de decisões no decorrer do ciclo produtivo, além de determinar o momento exato para a negociação de sua produção, garantindo assim a rentabilidade de seu negócio.

Mesmo trabalhando com *commodities*, com seu preço ditado pelas oscilações do mercado, a sua cultura apresentou rentabilidade na safra 2012/2013, gerando lucro para o proprietário.

É importante que as empresas gerenciem suas atividades, fazendo de suas demonstrações contábeis, ferramentas essenciais de controle interno, o que favorece o alcance de resultados positivos pela entidade e conseqüentemente atrai investidores externos. Evidencia-se nessas situações o papel das contabilidades financeira e gerencial, respectivamente, pois através desses dados foi possível manter um acompanhamento das contas patrimoniais, sejam elas de curto ou longo prazo, bem como das obrigações e, ainda, avaliar o desempenho da produção de soja e arroz da safra 2012/2013.

Os objetivos do estudo de caso foram alcançados a partir da análise contábil e financeira da propriedade, assim como os bens e direitos da propriedade foram levantados, através daí então, fez-se uma análise das demonstrações contábeis, assim como a elaboração do fluxo de caixa da safra 2013/2013. As análises feitas abordaram as condições de Liquidez, Rentabilidade e Lucratividade, diz-se que neste momento pontual, a situação econômico-financeira da propriedade é satisfatória. Integrando todas elas, pode-se considerar que sua potencialidade econômica pode, ainda, ser mais bem explorada.

Os índices de Liquidez demonstram uma Situação Financeira de Curto e de Longo Prazo ótima, com capacidade de pagamento de praticamente 100% de suas dívidas com terceiros. A atividade conseguiu manter-se rentável, com o índice de rentabilidade medindo 41%, considerado um índice excelente.

8 REFERÊNCIAS

- BASSO, Irani P. **Contabilidade Geral Básica**. 4. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.
- BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Industrial**. 3. ed. São Paulo:Atlas,2008.
- BEUREN, Ilse Maria; *et al.* **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- BRASIL ESCIOLA disponível em <<http://www.brasilecola.com/geografia/agricultura-5.htm>> acesso em 20/04/2013.
- CAMELO, Érika Patricia de Sousa M. *et. al.* **Análises das demonstrações contábeis em empresas da área comercial de embalagens**. Maringá: FCV, 2007.
- CASAROTTO FILHO, Nelson; *et. al.* **Análise de Investimentos**. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Demonstrações Contábeis: Escrituração e Normas**. 2.ed. Porto Alegre: CRS/RS, 2000.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: Uma abordagem decisorial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- DUTRA, Leonardo Prado. **Análise Econômico-Financeira da Fazenda Rincão da Figueira**. Porto Alegre,2010.
- FEDERARROZ - Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul. Dom Pedrito, 2013.
- FERRAZZA, Daiane Cristina, RAUBER, Denise. **Fazenda Santo Antônio: Um Estudo de Caso sobre Fluxo de Caixa**. Revista TECAP .V.2, 2008.
- GITMAN, Lawrence Jeffrey; MADURA, Jeff. **Administração financeira**. São Paulo: Adisson Wesley, 2003.
- HUPPES, Susana Sulzbach. **Um estudo sobre a viabilidade econômica e financeira de uma pequena propriedade rural**. Unioeste. Quatro Pontes-PR.
- IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Dados Econômicos e Estatísticos do Município de Dom Pedrito/RS. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 04 Abril 2013.
- YIN, R.K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- IRGA – **Instituto Rio Grandense do arroz** . Disponível em: <<http://www.irga.rs.gov.br>> Acesso em: 02 Out 2013.
- IUDÍCIBIUS, Sérgio de, *et. al.* **Contabilidade Introdutória**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCICIUS, Sergio de. **Análise de Balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

KOLIVER,Olívio. **Estrutura e Análise de Balanços**. Porto Alegre: Staff Editora LTDA, S/D.

LARANJEIRAS, Sérgio Ribeiro. **A diferença entre despesas fixas e variáveis**. Disponível em<http://www.jornalterceiravia.com.br/coluna/financas_em_dia_/3109/a_diferenca_entre_d_espesas_fixas_e_variaveis>. Acesso em 24 de abril de 2013.

LAUSCHNER, Roque. **Agribusiness Cooperativa e Produtor Rural**. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1993.

MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva, et al. **Análise de Viabilidade Econômico-Financeira de Projetos Agropecuários: O caso da implantação de um projeto de produção de produtos apícolas** . XLV CONGRESSO DA SOBER “Conhecimentos para Agricultura do Futuro” Londrina, 2007.

MAHER, Michael. **Contabilidade de custos: Criado valor para a Administração**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCHEZAN, Pietro. **Análise de Lucratividade em Lavoura de Arroz**. Porto Alegre, 2008.

MARCONI, M. de A. & LAKATOS, E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

MARION, José C. **Contabilidade e Controladoria em Agribusiness**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARION, José C. **Contabilidade empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José C. **Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARION José. C. **Análises das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 3. ed.São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, José C. **Contabilidade da pecuária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOREIRA, Ana Terezinha. **Análise financeira de demonstrativos contábeis como instrumento Gerencial**. Artigo. Belém – Para, 2003.

PADOVEZI, Clóvis Luis. **Sistemas de Informações Contábeis**. 1ª ed. Atlas p.115, 1998.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Contabilidade Gerencial**. 7ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

PENA, Heriberto Wagner Amanajás; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Análise de Viabilidade Econômica: Um Estudo Aplicado a Estrutura de Custo da Cultura do Dendê no Estado do Pará**. Belém, 2010.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO **O que é Agronegócio**. Disponível em <<http://www.portaldoagronegocio.com.br>> acesso em 20 de abril de 2013.

RATKO, Alice Terezinha. **Contribuições da Contabilidade Rural para Propriedade Agrícola de Pequeno Porte**. Pato Branco, 2008.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de Custos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SALAZAR, J. N. A.; BENEDICTO, G. C. de. **Contabilidade Financeira**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, Roni Antônio Garcia da. **Administração Rural: Teoria e Prática**. Guarapuava: Unicentro, 2003.

VESTENA, Fauzer da Silva. et. Al. **Análise da utilização de ferramentas contábeis e gerenciais de controle financeiro no ramo do agronegócio na região da Grande Dourados-MS** INGEPRO – Inovação, Gestão e Produção, 2011.

ZANLUCA, Júlio César. **Estudo da viabilidade de novos negócios**. Disponível em: <www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/estudodaviabilidade.htm>. Acesso em: 01out. 2013.

ANEXOS

Anexo 1 – Balancete de Verificação

Ativo

Nome da Conta	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
ATIVO	770.207,89	5.862.197,93	4.815.461,44	1.816.944,38
ATIVO CIRCULANTE	367.007,89	5.324.813,93	4.815.461,44	876.360,38
DISPONÍVEL	367.007,89	5.324.813,93	4.815.461,44	876.360,38
CAIXA	80.000,00	959.091,85	969.346,68	69.745,17
BANCOS	107.744,00	596.717,52	611.270,78	93.190,74
BANCO BRADESCO	95.165,00	450.820,00	459.267,41	86.717,59
BANCO SICREDI	2.250,00	4.323,00	2.054,20	4.518,80
BANCO DO BRASIL	10.329,00	141.574,52	149.949,17	1.954,35
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	179.263,89	917.435,10	604.274,52	492.424,47
BANCO SICREDI	80.569,56	219.971,78	79.586,54	220.954,80
BANCO DO BRASIL	98.694,33	697.463,32	524.687,98	271.469,67
ESTOQUES	0,00	2.851.569,46	2.630.569,46	221.000,00
CULTURA TEMP. EM FORMAÇÃO	0,00	1.315.284,73	1.315.284,73	0,00
ARROZ	0,00	394.585,42	394.585,42	0,00
SOJA	0,00	920.699,31	920.699,31	0,00
PRODUTOS AGRICOLAS	0,00	1.536.284,73	1.315.284,73	221.000,00
ARROZ VENDIDO	0,00	394.585,42	394.585,42	0,00
SOJA VENDIDO	0,00	920.699,31	920.699,31	0,00
ARROZ ESTOCADO	0,00	221.000,00	0,00	221.000,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	403.200,00	537.384,00	0,00	940.584,00
IMOBILIZADO	403.200,00	537.384,00	0,00	940.584,00
VEÍCULOS	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00
MITSUBISHI L200	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00
(-) DEP. ACUMULADA DE VEICULOS	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
MAQ. EQUIP. E FERRAMENTAS	367.200,00	0,00	0,00	367.200,00
COLHEITADEIRA JONH DEERE	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00
TRATOR VALMET	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
TRATOR VALMET	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00
PLANTADEIRA IMASSA	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
GRADE NIVELADORA	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
GRADE ARADORA	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
TAIPADEIRA	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
TAIPADEIRA	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00

TANQUE COMBUSTIVEL	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
GRANELEIRO	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00
PULVERIZADOR AGRICOLA	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
BOMBA WORTHING	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
SEMEADORA	55.000,00	0,00	0,00	55.000,00
PLANTADEIRA TATU	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
TRATOR NEW HOLLAND	85.000,00	0,00	0,00	85.000,00
BANDEIRANTE	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
(-) DEPR. DE MAQ. E EQUIP.	244.800,00	0,00	0,00	244.800,00
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	0,00	537.384,00	0,00	537.384,00
CONSORCIO DE AUTOMOVEIS	0,00	22.730,00	0,00	22.730,00
PLANTADEIRA IMASSA	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
PULVERIZADOR AGRICOLA	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00
TRATOR NEW HOLLAND	0,00	140.000,00	0,00	140.000,00
GRADE ARADORA	0,00	29.000,00	0,00	29.000,00
COLHEITADEIRA NEW HOLLAND	0,00	185.000,00	0,00	185.000,00
TOYOTA HILLUX	0,00	110.000,00	0,00	110.000,00
TRATOR VALTRA	0,00	130.000,00	0,00	130.000,00
(-) DEPRECIACÃO DE MAQ. E EQUIP.	0,00	134.346,00	0,00	134.346,00

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013.

Passivo

Nome da Conta	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
PASSIVO	770.207,89	410.802,81	708.767,32	1.816.944,38
PASSIVO CIRCULANTE	9.188,78	92.310,79	143.767,32	325.311,98
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	36.352,37	37.037,32	684,95
SALÁRIOS A PAGAR	0,00	22.801,24	22.801,24	0,00
FÉRIAS A PAGAR	0,00	1.902,56	1.902,56	0,00
13º SALÁRIO A PAGAR	0,00	1.751,22	1.751,22	0,00
INSS A RECOLHER	0,00	5.882,78	6.415,73	532,95
FGTS A PAGAR	0,00	2.626,93	2.763,41	136,48
RESCISÃO DE TRABALHO A PAGAR	0,00	1.101,38	1.101,38	0,00
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A PAGAR	0,00	77,55	77,55	0,00
CONTRIB. CONF. A PAGAR	0,00	208,71	224,23	15,52
FINANCIAMENTOS	9.188,78	116.291,75	431.730,00	324.627,03
CONSORCIO DE AUTOMOVEIS	0,00	12.880,00	22.730,00	9.850,00
PLANTADEIRA IMASSA	0,00	12.000,00	20.000,00	8.000,00
PULVERIZADOR AGRICOLA	0,00	10.206,00	35.000,00	24.794,00
GRADE ARADORA	0,00	14.500,00	29.000,00	14.500,00
BANCO DO BRASIL S/A	7.353,25	4.536,89	0,00	2.816,36
BANCO DO BRASIL - BB CREDIARIO	1.835,53	1.835,53	0,00	0,00
COLHEITADEIRA NEW HOLLAND	0,00	37.000,00	185.000,00	148.000,00
TRATOR NEW HOLLAND	0,00	23.333,33	140.000,00	116.666,67
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	261.807,05	258.158,69	240.000,00	243.648,36
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	261.807,05	258.158,69	240.000,00	243.648,36
EMPRESIMOS E FINANCIAMENTOS	261.807,05	258.158,69	240.000,00	243.648,36
FINANCIAMENTO WALTRA	180.778,26	60.584,00	0,00	120.194,26
BANCO DO BRASIL S/A - BB	81.028,79	45.574,69	0,00	35.454,10
TOYOTA HILLUX	0,00	22.000,00	110.000,00	88.000,00
TRATOR VALTRA	0,00	130.000,00	130.000,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	499.212,06	0,00	0,00	1.247984,04
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	583.780,04	0,00	0,00	583.780,04
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	84.567,98	0,00	0,00	664.204,00
(-) PREJUIZOS ACUMULADOS	84.567,98	0,00	0,00	84.567,98
LUCRO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	748.771,98	748.771,98

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013.

Custos

Nome da Conta	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
CUSTOS	0,00	1.315.284,73	0,00	1.315.284,73
CUSTOS DE PRODUÇÃO	0,00	1.315.284,73	0,00	1.315.284,73
INSUMOS P/ AGRICULTURA	0,00	713.287,17	0,00	713.287,17
SEMENTES	0,00	120.215,02	0,00	120.215,02
INSETICIDAS	0,00	71.158,00	0,00	81.158,00
ADUBOS E FERTILIZANTES	0,00	210.774,85	0,00	210.774,85
HERBICÍDAS	0,00	92.569,82	0,00	92.569,82
PESTICIDA	0,00	135.548,63	0,00	135.548,63
FUNGICÍDAS	0,00	78.456,98	0,00	78.456,98
PRODUTO PARA PULVERIZAÇÃO	0,00	4.563,87	0,00	4.563,87
MÃO DE OBRA	0,00	83.072,17	0,00	83.072,17
PORCENTAGEM	0,00	56.540,90	0,00	56.540,90
SERVIÇOS PRESTADOS	0,00	26.531,27	0,00	26.531,27
DESPESAS C/ TRATORES/MAQ E EQUIP.	0,00	384.579,39	0,00	384.579,39
COMB. E ÓLEO DIESEL P/TRAT.E MÁQUI.	0,00	168.853,75	0,00	168.853,75
PEÇAS P/ MAQUINAS EQUIPAMENTOS	0,00	215.725,64	0,00	215.725,64
DEPRECIÇÃO	0,00	134.346,00	0,00	134.346,00
DEPRECIÇÃO ACUMULADA	0,00	134.346,00	0,00	134.346,00

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013.

Despesas

Nome da Conta	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
DESPESAS	0,00	1.378.959,74	0,00	1.378.959,74
DESPESAS OPERACIONÁIS	0,00	606.363,80	0,00	606.363,80
DESPESAS COM PESSOAL	0,00	37.036,42	0,00	37.036,42
SALÁRIOS	0,00	22.801,24	0,00	22.801,24
FÉRIAS	0,00	1.902,56	0,00	1.902,56
13º SALÁRIO	0,00	1.751,22	0,00	1.751,22
INSS	0,00	6.415,83	0,00	6.415,83
FGTS	0,00	2.762,41	0,00	2.762,41
RESCISÃO DE TRABALHO	0,00	1.101,38	0,00	1.101,38
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	77,55	0,00	77,55
CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA	0,00	224,23	0,00	224,23
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	227.410,26	0,00	227.410,26
ENERGIA ELÉTRICA	0,00	67.869,06	0,00	67.869,06
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	0,00	13.348,16	0,00	13.348,16
SEGURO AGRICOLA	0,00	38.500,00	0,00	38.500,00
PARTICIPAÇÃO EXP. AGRICOLA	0,00	24.500,00	0,00	24.500,00
ARRENDAMENTO DE CAMPO	0,00	56.925,20	0,00	56.925,20
INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0,00	900,00	0,00	900,00
DESPESAS DIVERSAS	0,00	7.814,65	0,00	7.814,65
MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	85,00	0,00	85,00
MATERIAL HIDRAULICO/IRRIGAÇÃO	0,00	5.684,75	0,00	5.684,75
MATERIAL P/ELETRIFICAÇÃO RURAL	0,00	7.115,15	0,00	7.115,15
MATERIAL P/CONSTRUÇÃO	0,00	4.668,29	0,00	4.668,29
SERVIÇOS	0,00	307.366,00	0,00	307.366,00
FRETES	0,00	283.148,39	0,00	283.148,39
LICENCIAMENTO AMBIENTAL	0,00	580,00	0,00	580,00
SERVIÇOS CONTÁBEIS	0,00	12.633,00	0,00	12.633,00
SERVIÇOS DE XEROX	0,00	151,00	0,00	151,00
SERVIÇOS CARTORIO/TABELION/REG	0,00	304,46	0,00	304,46
SERVIÇO DE TORNO E SOLDA	0,00	3.650,00	0,00	3.650,00
ELABORAÇÃO IRPF	0,00	1.695,00	0,00	1.695,00
SERVIÇOS DIVERÇOS	0,00	5.204,15	0,00	5.204,15
DESPESAS C/ TRAT./MAQ E EQUIP.	0,00	26.908,13	0,00	26.908,13
SERVIÇOS P/EQUIPAMENTOS	0,00	19.386,60	0,00	19.386,60
ROLAMENTOS, RETENTORES,ETC.	0,00	7.521,53	0,00	7.521,53
DESPESAS TRIBUTÁRIAS/FINACEIRAS	0,00	7.642,99	0,00	7.642,99
PAGAMENTO DE IRPF	0,00	2.328,34	0,00	2.328,34

VARIAÇÕES DE CONSÓRCIO	0,00	5.314,65	0,00	5.314,65
DESPESAS NÃO OPERACIONÁIS	0,00	23.823,96	0,00	23.823,96
DESPESAS C/ VEÍCULOS	0,00	7.135,31	0,00	7.135,31
LICENC.,IPVA E SEGURO	0,00	4.568,62	0,00	4.568,62
SERV. MANUTENÇÃO E REPARO	0,00	2.566,69	0,00	2.566,69
RETIRADAS NÃO-OPERACIONAIS	0,00	16.688,65	0,00	16.688,65
DOAÇÕES	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
UNIMED RAFAEL	0,00	989,38	0,00	989,38
RAFAEL INSS	0,00	3.579,79	0,00	4.441,35
INTERNET	0,00	349,34	0,00	349,34
LOCAÇÃO DE IMOVEIS	0,00	8.770,14	0,00	8.770,14
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	748.771,98	0,00	748.771,98
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	748.771,98	0,00	748.771,98

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013.

Receitas

Nome da Conta	Saldo Inicial	Debito	Crédito	Saldo Final
RECEITAS	0,00	0,00	2.694.244,47	2.694.244,47
RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	0,00	2.694.244,47	2.694.244,47
RECEITAS DE VENDAS AGRICOLAS	0,00	0,00	2.307.779,77	2.307.779,77
CULTURA TEMPORÁRIA	0,00	0,00	2.307.779,77	2.307.779,77
ARROZ	0,00	0,00	408.831,35	408.831,35
SOJA	0,00	0,00	1.898.948,42	1.898.948,42
RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	464,70	464,70
RECEITAS DE APLICAÇÃO	0,00	0,00	464,70	464,70
RECEITAS EVENTUAIS	0,00	0,00	165.000,00	165.000,00
MÁQUINAS E IMPLEMENTOS	0,00	0,00	165.000,00	165.000,00
PORDUTO PARA COMERCIALIZAÇÃO	0,00	0,00	221.000,00	221.000,00
ARROZ EM ESTOQUE PARA VENDA	0,00	0,00	221.000,00	221.000,00

Fonte: Dados da pesquisa, Propriedade Rafael Rockembach, 2013.